

Atividades 2012



Relatório de Atividades | 2012

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

2013

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Tel. (21) 2536-9797 – Fax (21) 2537-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br - Web: www.ibam.org.br

Ficha Catalográfica
Catalogação na fonte pela Biblioteca do IBAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Relatório de Atividades 2012. Rio de Janeiro, 2013

62p. 28cm

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2013.

CDD 352.06

Superintendente Geral

Paulo Timm

Conselho de Administração

Edson de Oliveira Nunes (presidente)

Edgar Flexa Ribeiro

Edvaldo Pereira de Brito

Henrique Brandão Cavalcanti

João Pessoa de Albuquerque

Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva

Maria Terezinha Tourinho Saraiva

Mayr Godoy

Paulo Alcântara Gomes

Tito Bruno Bandeira Ryff

Conselho Fiscal

Aguinaldo Helcio Guimarães

Paulo Reis Vieira

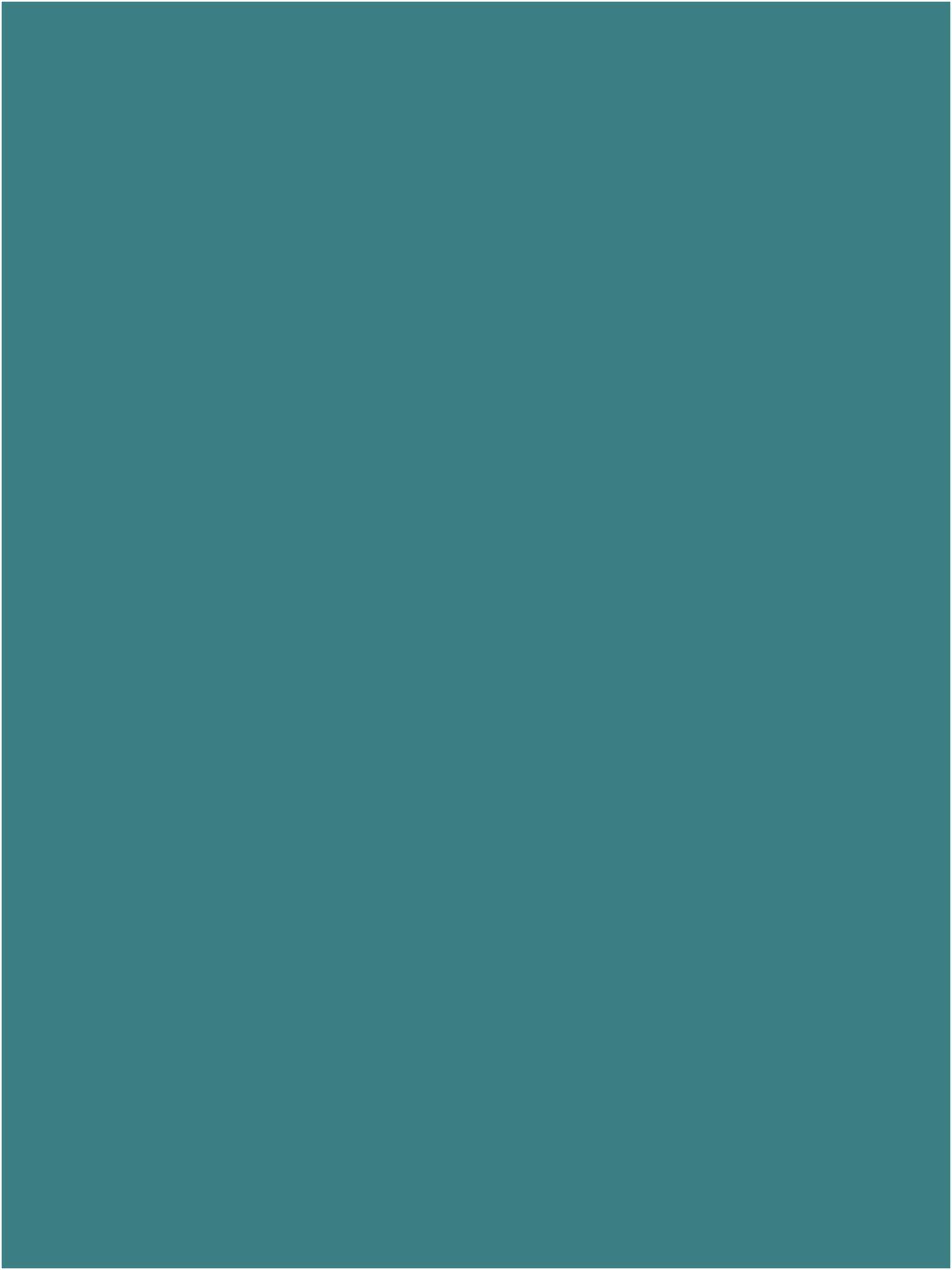
Raymundo Tarcísio Delgado

Roberto Guimarães Boclin

Willian Alberto de Aquino Pereira

Assembleia Geral do IBAM

Adolfo Martins de Oliveira, Aluizio Loureiro Pinto, Amilcar Figueira Ferrari,
Anna Maria Medeiros Peliano, Antonio Batista da Silva Junior, Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Carlos
Alberto Trindade, Celio de Oliveira Borja, Cesar de Paiva Leite, Claudio de Paiva Leite, Edgar Flexa Ribeiro,
Edson de Oliveira Nunes, Eduardo Sales Novaes, Edvaldo Pereira de Brito, Heitor C. Chagas de Oliveira,
Henrique Brandão Cavalcanti, Ives Gandra da Silva Martins,
João Pessoa de Albuquerque, Joaquim Caetano Gentil Netto, Jorge Khoury,
José Maria Almeida Martins Dias, Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva,
Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Mario Alves de Melo, Mayr Godoy, Moacyr Barros Bastos, Nelson
Manoel de Mello e Souza, Paulo César Martinez y Alonso, Paulo Rabello de Castro,
Pedro Wilson Leitão Filho, Roberto Saturnino Braga, Sergio Ferraz Magalhães,
Stélio Emanuel de A. Roxo, Teresa Costa d'Amaral, Paulo Alcântara Gomes,
Tito Bruno Bandeira Ryff.



Apresentação

É recorrente, a cada ano, a referência à pluralidade de temas com que o IBAM trabalha. Do mesmo modo, não se deixa de indicar a diversidade de metodologias com as quais se executam os projetos nesta casa e o alcance que suas ações têm.

Ao longo do Relatório que ora se apresenta, o leitor verificará que, em 2012, o Instituto teve relevantes oportunidades para incidir sobre a formação doutrinária no campo do direito administrativo, das questões fiscais e do desenvolvimento institucional, bem como para conceber novas práticas e processos para o cotidiano da gestão municipal. Igualmente, participou de atividades internacionais, premiou experiências e foi distinguido com o reconhecimento de importantes e longevas organizações.

Os projetos que sempre integram o rol de realizações do Instituto – como o atendimento às demandas normativas dos governos locais; ao desenho de estratégias para obter mais e melhores resultados decorrentes da implementação de políticas públicas que materializam as competências e atribuições municipais; às necessidades de qualificação e treinamento das equipes de servidores públicos; à seleção de profissionais mediante concursos públicos; ao ordenamento urbano em seu sentido mais amplo e à gestão ambiental, entre outros – foram mais uma vez executados, com a dedicação de sempre.

Algumas experiências já ensaiadas em anos anteriores se intensificaram em 2012; a consolidação das ações relacionadas às alianças público-privadas com foco no desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis e de inserção socioprodutiva de catadores de lixo; as ações que privilegiam o saneamento ambiental e a gestão de resíduos sólidos; a identificação de oportunidades para promover a equidade social mediante o aproveitamento das recentes normativas aprovadas no país; a adoção do conceito de governança como abordagem de eleição para as ações empreendidas no campo do desenvolvimento institucional. A implementação do MBA em Gestão Pública, em parceria com a UNIASSELVI, também deve ser mencionada, entre outros fatores, pela abrangência contemporânea que compõe o cardápio de temas de que trata.

Olhando para fora, visando alcançar e colaborar com o cenário extramuros do IBAM, merecem destaque duas iniciativas: a de transformar, com recursos próprios, a biblioteca do Instituto em um Centro de Documentação digitalizado e acessível para pesquisadores, estudiosos e gestores e a parceria com o Conselho Regional de Administração, seção Rio de Janeiro, que permitiu a veiculação mensal de programas de interesse para os administradores na Web Rádio CRA.

É com satisfação que se menciona, ainda, a modernidade com que se atuou no campo do compromisso social, valorizando questões relacionadas à habitação de interesse social e à inserção no mercado de trabalho, notadamente de mulheres e de trabalhadores vinculados à riqueza que se esconde sob os resíduos sólidos de uma cidade.

Resta, portanto, desejar a todos que se debruçarem sobre este documento uma boa leitura, contando que esta lhes avive o interesse que tem pelo progresso do IBAM e que este se renove a cada ano.

Paulo Timm
Superintendente Geral

Sumário

Ações pelo Desenvolvimento do Município	9
Ensino	15
Assessoria Técnica	37
Ação Cultural e Compromisso Social	53
Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultados	61

“Nos últimos cinco anos, o IBAM atendeu mais de 4.500 Municípios, número que é resultado do comprometimento do Instituto com a identificação e operacionalização de soluções para os problemas da Administração Pública.”

Ações pelo Desenvolvimento do Município

As ações e atividades realizadas pelo IBAM ao longo dos seus 60 anos têm como objetivo final a valorização da cidadania em uma sociedade democrática, por meio da promoção do desenvolvimento institucional do Município como esfera autônoma de Governo, do fortalecimento da sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local. O assessoramento técnico a distância é a manifestação mais ampla e democrática de tal propósito.

Nos últimos cinco anos, o IBAM atendeu mais de 4.500 Municípios, número que é resultado do comprometimento do Instituto com a identificação e operacionalização de soluções para os problemas da Administração Pública.

O assessoramento no campo jurídico e na área de finanças públicas é realizado por meio telefônico, de pareceres escritos, atendimento presencial e pela elaboração de estudos, artigos, minutas e modelos que são colocados à disposição no Laboratório de Administração Municipal, hospedado no portal do IBAM na internet.

Por via telefônica a Consultoria Jurídica do IBAM e o Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas são diariamente acionados para prestar orientações sobre as mais diversas dúvidas que demandam esclarecimentos imediatos, seguidos de recomendações, quando necessário, de leitura de pareceres, estudos e artigos, sem prejuízo da indicação da legislação pertinente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Além de responder às solicitações feitas por telefone, nossos consultores realizam atendimento presencial às entidades associadas ao Instituto para elucidação de dúvidas e construção conjunta de soluções para os problemas enfrentados. O atendimento presencial na sede do Instituto não só é uma boa oportunidade para os gestores municipais conhecerem de perto a nossa equipe de consultores, bem como os diversos trabalhos que o Instituto realiza.

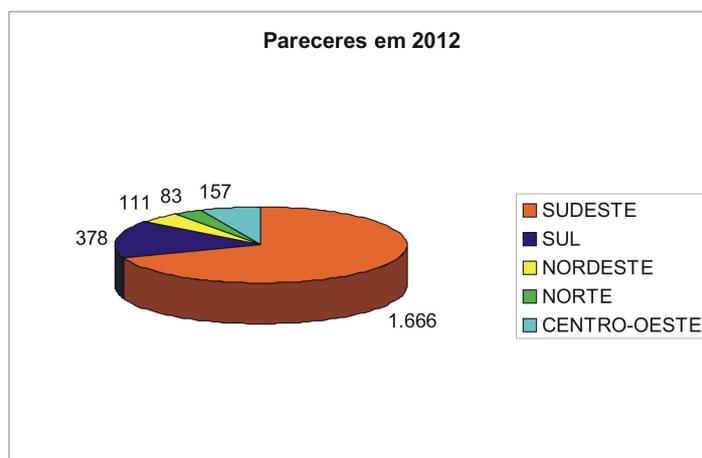
As respostas por escrito, como não poderia deixar de ser, são elaboradas com base na melhor doutrina e jurisprudência, mas sempre de forma clara e objetiva, de modo a não pairar dúvida quanto à questão que nos é submetida.

Vale destacar que em 2012 foram elaborados mais de 2.400 pareceres escritos sobre os mais diversos temas do Direito Público e de natureza Orçamentária, Financeira e Contábil.

Rede IBAM de Municípios e entidades associadas ao Instituto

- 2.421 pareceres foram emitidos para as entidades associadas em 2012, atendendo a solicitações por meio eletrônico, em média 200 pareceres por mês. Cinquenta e nove por cento dos pareceres foram elaborados a pedido de Câmaras Municipais, 40% por solicitação de Prefeituras e 1% por demanda de outras entidades. Já o atendimento telefônico, orientou 691 consulentes.
- O LAM – Laboratório de Administração Municipal registrou 23.853 visualizações ou downloads de arquivo, sendo 22.851 pareceres, 365 estudos, 468 modelos e 169 artigos da *Revista de Administração Municipal*.

O gráfico a seguir permite a visualização do quantitativo de pareceres por região.



O banco de pareceres do IBAM é uma poderosa ferramenta à disposição do gestor público para auxiliá-lo no processo de tomada de decisões, uma vez que permite a pesquisa e o acesso a orientações nos mais diversos temas do Direito e das Finanças Públicas.

Entre as instituições orientadas nos assuntos de natureza orçamentária, financeira e contábil vale citar o Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo – SINAFRESP, órgão de direito privado que se associou ao IBAM, e a ABRACAM – Associação Brasileira de Câmaras Municipais. O parecer prolatado para o SINAFRESP serviu de base para um estudo realizado por essa entidade sindical sobre a Nota Fiscal Paulista, programa de incentivo fiscal do Governo do Estado de São Paulo.

São destacados, a seguir, alguns dos documentos acrescentados em 2012:

- Inelegibilidades. Servidor Público. Prazos de desincompatibilização para concorrer aos cargos eletivos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. Assessor Jurídico. Direito à licença remunerada durante o afastamento, em se tratando de servidor efetivo. Considerações.
- Requisitos de elegibilidade. Vedação da alteração dos requisitos constitucionais pelo Município. Limites constitucionais à autonomia municipal que não é absoluta. Comentários.

- Ficha Limpa. Membros de conselho municipais. Constitucionalidade. Requisitos de acesso aos cargos comissionados no âmbito do Poder Executivo e Legislativo. Violação ao Princípio da Separação dos Poderes (art. 2º, CRFB/88). Condição para recebimento de transferências voluntárias do Município. Matéria afeta a Lei Ordinária. Comentários.
- Eleições. Condutas proibidas. Lei nº 9.504/1997, art. 73, §10. Interpretação.
- Transmissão ao vivo de sessões legislativas. Ano eleitoral. Possibilidade. Alerta à propaganda extemporânea. Comentários.
- Pagamento de aluguel social a famílias afetadas por calamidades. Possibilidade em ano eleitoral, sob condições.
- Instituição de “Programa de Recuperação Fiscal” em ano eleitoral. Anistia tributária. Abuso de poder político (art. 14, §§ 9º e 10 da CRFB c/c art. 22 da LC nº 64/90). Diferença entre as condutas vedadas no art. 73 da Lei nº 9.504/1997 e a configuração de abuso de poder político. Comentários.
- Contratação temporária excepcional. Legislação eleitoral. Homologação. Art. 37, IX da Constituição. Requisitos. Interesse público excepcional. Impossibilidade de utilização como mecanismo de assistência social permanente. Processo seletivo público. Destinação de vagas de acordo com o sexo sem qualquer justificativa. Ofensa ao princípio da isonomia. Ausência de previsão das atribuições. Vagas para funções genéricas e indefinidas. Critérios de seleção estritamente sociais. Inviabilidade. Inconstitucionalidades. Necessidade de concurso público. Art. 37, II da Constituição.
- Piso salarial nacional dos professores da educação básica. Lei nº 11.738/2008. Obrigatoriedade de adequação e implementação pelos Municípios. Necessidade de edição de lei específica.
- Admissão de agentes comunitários de saúde. Inteligência do art. 21, parágrafo único da LRF. Vedação da legislação eleitoral (art. 73, V, da Lei nº 9.504/1997). Inviabilidade de contratação, salvo na hipótese da alínea “d”, quando configurada contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais. Comentários.
- Conselho tutelar. Lei nº 12.696/2012. Autonomia legislativa do Município para legislar sobre o funcionamento dos conselhos e direitos dos conselheiros. Inaplicabilidade direta e imediata da legislação federal que estabelece normas gerais. Escolha unificada de conselheiros. Estabelecimento de normas de transição pelo Município. Inviabilidade de aumento de despesas de pessoal nos últimos 180 dias de mandato. Décimo terceiro e férias com adicional de 1/3 para os conselheiros. Comentários.
- Participação de parentes de servidores em licitação promovida pelo Município. Impedimento. Princípio da moralidade. Composição da comissão de licitação. Art. 51 da Lei nº 8.666/1993. Considerações.
- Vedação à prática do nepotismo. Impossibilidade de nomeação de cônjuges para ocuparem dois cargos em comissão na estrutura do Executivo municipal. Considerações.

- Regime Jurídico Único. ADI-MC 2135/DF. Inviabilidade da adoção da CLT a partir de 14 de agosto de 2007. Cargos em comissão nunca puderam se submeter ao regime trabalhista. Regime jurídico-administrativo. Conceito. Estatuto funcional. Comentários.
- Subsídio dos agentes políticos. Secretários Municipais. Impossibilidade de reajuste dos subsídios no próprio ano em que a lei que os fixa entra em vigor. Comentários.
- Servidor da Câmara. Distinção entre revisão geral anual e aumento. Possibilidade de aumento setorial. Autonomia do Legislativo. Observância das restrições da Constituição, da LRF e da legislação eleitoral. Comentários.
- Cargos de Provisão em Comissão. Fixação do percentual mínimo de cargos a serem exercidos por servidores efetivos. Iniciativa do Projeto de Lei. Competência.
- Incorporação de gratificações. Distinção entre gratificações *pro labore facto*, decorrente de condições excepcionais de trabalho (e.g., insalubridade), e gratificações *pro labore faciendo*, decorrente do exercício excepcional de atribuições adicionais ou especiais (e.g., função gratificada). Distinção entre incorporação da gratificação ao vencimento básico, que só ocorre mediante edição de lei específica, e incorporação da gratificação ao patrimônio jurídico, que pressupõe autorização prévia em lei geral, combinada com a passagem do tempo na função de confiança.
- Regime jurídico local dos servidores municipais. Prêmio por assiduidade, pago aos servidores efetivos a cada cinco anos, em montante equivalente a três meses de vencimentos. Natureza remuneratória. Inobstante exclusão dos tetos remuneratórios constitucional ou municipal. Aplicação das razões definidas pelo STF na ADI-MC 1.404.
- Revisão Geral Anual. Aumento de Remuneração. Novo salário mínimo nacional vigente a partir de 1º de janeiro de 2012. Impossibilidade de edição de ato que aumente despesa de pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder (art. 21, parágrafo único da LC nº 101/2001). Vedações da lei eleitoral (art. 73, VIII, da Lei nº 9.504/97). Comentários.
- Horas extras. Vantagem de caráter provisório. Não devem ser consideradas para o cálculo de outras vantagens
- Reestruturação administrativa do Poder Legislativo. Estrutura organizacional e plano de cargos. Instrumentos normativos diversos. Resolução. Lei para fixação de remuneração. Diferença entre resolução da Mesa e resolução do Plenário. Retroatividade. Inviabilidade. Comentários.
- Cessão de servidor estadual para o Município. Pagamento de despesas de hospedagem e alimentação. Princípio da legalidade. Considerações.
- Servidor Público no exercício de suas funções. Inexistência de violação à imagem pessoal, uma vez obedecidos os parâmetros constitucionais autorizadores da divulgação de atos por parte da Administração Pública. Aplicação do princípio da impessoalidade e da Teoria do Órgão.

- Sistema Único de Saúde – SUS. Programa Tratamento Fora do Domicílio – TFD. Medidas e recursos já disponibilizados em nível federal e estadual. Diferenças entre Assistência Social e Saúde Pública. Violação ao Princípio da Universalidade. Princípio da Necessidade. Regras com despesas públicas. Ano eleitoral. Comentários.
- Doação de imóveis. Concessão do direito real de uso. Ilegalidade do Projeto de Lei. Transformação de concessão do direito real de uso em doação que viola o princípio da vinculação do contrato ao instrumento de convocação da licitação. Proibição de doações no ano eleitoral. PL que não atende os requisitos da Lei de Licitações para doação de bens imóveis.
- Criação de Distrito. Competência do Município. Observância das normas previstas na Constituição do Estado. Comentários.
- Direito de Greve. Necessidade de lei para que o período de afastamento seja contado como tempo de serviço. Possibilidade de desconto nos vencimentos em razão dos dias não trabalhados. Não há direito à devolução dos valores descontados. Comentários.
- ISSQN. Serviços cartorários, notariais e de registro. Incidência. Inaplicabilidade do Decreto-lei 406/1968. Inexistência de sucessão tributária entre notários. Aquisição originária de direitos, mediante a aprovação em concurso público.
- Lei que declara trecho de rio que banha o território municipal patrimônio cultural, paisagístico, ecológico e turístico do Município. Lei municipal que dispõe sobre a não instalação de usinas hidrelétricas em trecho de rio que banha o Município. Inadequação da via eleita. Princípio da necessidade. Violação de competência. Comentários.
- Poder de polícia ambiental e licenciamento ambiental. Legislação, jurisprudência, considerações a respeito.
- Organização da Contabilidade Pública no âmbito dos Municípios, tendo em vista as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.
- Abertura e execução de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários.
- Classificações de receitas e despesas governamentais.
- Depreciações de bens destinados à área da Educação.
- Elaboração de prestação de contas para encerramento de mandato.
- Relações financeiras Prefeitura/Câmara Municipal.
- Avaliações e reavaliações de bens patrimoniais.
- Adoção do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas governamentais, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com as da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Representações do IBAM

A representação do Instituto no Estado de São Paulo manteve o perfil de resultados dos anos anteriores, com expressiva participação no assessoramento aos Governos Municipais para realização de concursos públicos.

A representação no Estado de Santa Catarina ampliou sua presença junto aos Municípios e obteve resultados significativos em assessoramento técnico em organização e gestão, bem como aumentou, de forma significativa, a assessoria a Prefeituras e Câmaras Municipais, elaboração e execução de Concursos Públicos, em todas as suas etapas.

O IBAM mantém a sua política de ampliar representações e parcerias sob a ótica da otimização de habilidades e de garantir a sua presença efetiva no desenvolvimento da capacidade institucional dos Governos Municipais.

Relações institucionais

Gestão participativa das políticas públicas e o papel do IBAM em Conselhos no nível Municipal e Estadual de Governo e, também, em organismos internacionais

Em 2012 o IBAM manteve a participação de integrantes de sua equipe como Conselheiros em duas importantes instâncias de participação na formulação de políticas sociais no Rio de Janeiro.

No caso do Município da capital o Instituto manteve o nível de assessoria e defesa dos direitos que vem mantendo há alguns anos no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. A atuação se faz notadamente através da coordenação da Comissão de Orçamento e Finanças e assessoramento do Comitê Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social. Renova-se, assim, ano a ano, o trabalho de operacionalização de instrumentos institucionais que visam à implementação da política de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro.

Com relação ao Governo do Estado, o IBAM se faz representar, há cerca de vinte anos, no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM-RJ. As características do serviço prestado têm variado conforme as necessidades do Conselho, que passou por diferentes momentos de atuação em face dos progressos obtidos na defesa dos direitos da mulher. No mandato anterior a participação do IBAM foi fundamental para trabalhar em prol de uma institucionalização mais sólida do CEDIM e da Subsecretaria dos Direitos da Mulher – SUDIM, então recém-criada no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH). Para o ano de 2013 prevê-se a realização de novos trabalhos que consolidem a posição obtida pelo tema no contexto do Governo Estadual.

Em outubro, a ONU Mulheres anunciou a criação do Grupo Nacional Assessor da Sociedade Civil no Brasil, composto por 15 representantes da sociedade civil para prestar serviços voluntários que contribuíssem para o aprimoramento da gestão daquela unidade do Sistema das Nações Unidas. Ao grupo cabe, inclusive, assessorar a elaboração de plano de trabalho para o órgão. A seleção foi realizada mediante edital público e o IBAM teve a antropóloga Delaine Martins Costa, responsável pelo Programa Mulher e Políticas Públicas do IBAM, incluída nesse grupo de profissionais especializados. Ao todo 52 instituições se candidataram para compor a equipe.

Acordo entre IBAM e CRA-RJ visa à disseminação de boas práticas de gestão municipal

O Programa de Cooperação entre o IBAM e o CRA-RJ prosseguiu em 2012 com a consolidação das atividades iniciadas em 2011 e o início de outras de interesse mútuo das instituições parceiras.

Em sequência às atividades do programa *Gestão Municipal*, que vai ao ar quinzenalmente pela RadioWeb – CRA-RJ foram realizadas 15 entrevistas com profissionais do Instituto que levavam ao ar informações e instruções relativas a tópicos relevantes sobre os desafios da gestão municipal e aquelas que se referiam às eleições municipais ocorridas em outubro de 2012. Após a sua veiculação, as entrevistas ficam disponíveis nos sites do CRA-RJ e do IBAM.

Os temas tratados foram:

- Concurso Público;
- Receita Tributária Municipal: Principais Desafios Enfrentados pelos Municípios (dois programas);
- Desafios da Gestão Técnica do Governo;
- Desafios do Plano Diretor (dois programas);
- Plano Diretor Institucional;
- Programa de Eficiência Energética;
- Arranjos Público-Privados para o Desenvolvimento Local;
- Mudanças Climáticas e sua Influência nas Cidades;
- Práticas de Alianças Público-Privadas;
- Violência contra as Mulheres;
- Eleições Municipais e a Participação das Mulheres nos Cargos Eletivos;
- Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;
- Políticas de Assistência Social.

Oitenta anos do direito ao voto feminino no Brasil e a representação feminina na política

Como parte das comemorações pelos 80 anos do direito ao voto feminino no Brasil, Delaine Martins Costa, então representante do IBAM no Conselho dos Direitos da Mulher – CEDIM do Rio de Janeiro, participou do programa Atualidades, da Rádio MEC AM, apresentado no dia 24 de fevereiro por Denise Viola.

Juntamente com os professores e pesquisadores Clara Araújo (UERJ), José Eustáquio de Diniz Alves (ENCE/IBGE) e Schuma Schumacher, Coordenadora do Projeto “Mulher: 500 atrás dos Panos”, da Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH, foram debatidos os temas das “cotas” para as mulheres nas eleições, a sub-representação feminina na política, a trajetória de mulheres pioneiras do movimento sufragista, além de apresentados dados de pesquisas, como a realizada pelo IBAM sobre Gênero e Partidos Políticos na América Latina, para a base de dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Participação Política das Mulheres

No dia 19 de março Delaine Martins Costa, Coordenadora do Programa Gênero e Políticas Públicas, proferiu palestra no “Curso para Candidatas” sobre *A Participação Política das Mulheres*, promovido pela Coordenação dos Direitos das Mulheres – CODIM/NIT/ Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, da Prefeitura de Niterói /RJ.

Sobre o mesmo tema, direcionado a pré-candidatas à Câmara Municipal de Belford Roxo, no dia 19 de junho proferiu a palestra *Os poderes constituídos e a participação das mulheres*, em curso promovido pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMADH /Subsecretaria de Direitos Humanos/Coordenadoria de Políticas para as Mulheres – CPPM, da Prefeitura de Belford Roxo/RJ.

Apresentação do Projeto Análise dos Programas de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto no FONACRIAD

A reunião técnica do FONACRIAD – Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – aconteceu nos dias 22 e 23 de março, em Maceió-AL, e contou com a participação dos gestores de todo o país para discutir a implantação do novo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

O IBAM, a convite da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, participou da reunião apresentando os objetivos e a metodologia do projeto “Análise dos Programas de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC) para adolescentes autores de atos infracionais”.

As Cidades e o Futuro



O Assessor Técnico do IBAM, urbanista Alberto Costa Lopes, a convite da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, proferiu conferência sobre “Cidade & Inovação”, em março de 2012, por ocasião do aniversário de 240 anos da capital gaúcha. Mais do que celebrar o passado, a conferência tratou de provocar a reflexão sobre os fatores que poderiam influenciar a construção de uma agenda de futuro para as cidades. Partindo da história das inovações que marcou o deslocamento da centralidade pelo mundo e das grandes correntes de pensamento sobre o futuro das cidades, a conferência favoreceu um debate junto a vereadores e convidados da seção especial da Câmara sobre a posição de Porto Alegre em relação à agenda que se anuncia para o seu futuro e o da sua região.



38º Congresso Gestão de Pessoas – da ruptura à inovação

O 38º Congresso de Gestão de Pessoas aconteceu nos dias 24 e 25 de abril de 2012, no Rio de Janeiro. A proposta do evento foi discutir, de diversas formas, a importância de reconfigurar nossa maneira de ver o mundo, a sociedade, a economia e as organizações para incorporar em nossas vidas (e culturas) a aventura da verdadeira inovação, assim como

analisar o impacto disso no mundo da Gestão de Pessoas e como os líderes e profissionais de RH podem atuar de forma a promover esta “jornada” nas organizações.

Representando o IBAM estiveram presentes Claudia Ferraz, Superintendente de Organização e Gestão, e Paulo Timm, Superintendente Geral do Instituto.

Prêmio PROCEL Cidade Eficiente em Energia Elétrica

Em sua oitava edição, o Prêmio PROCEL Cidade Eficiente foi concedido às Prefeituras Municipais de Timon (MA), Mogi das Cruzes (SP), Bento Gonçalves (RS) e Pelotas (RS), nas categorias Educação, Iluminação Pública, Prédios Públicos Municipais e Sistemas de Saneamento. Mais uma vez, em consideração à qualidade das experiências inscritas, foi conferida uma premiação extra ao Município de Tucuruí (PA), como Prêmio Destaque em Promoção dos Conceitos de Eficiência Energética na categoria Educação.



A Cerimônia da Premiação, realizada pela ELETROBRAS, por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, em parceria com o IBAM, no âmbito da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica, ocorreu em Goiânia, na ocasião do V Seminário Internacional de Federalismo e Desenvolvimento, promovido pela Associação Brasileira de Municípios – ABM.

Eventos internacionais no Panamá

O IBAM participou da “Feira Saber do Sul: Intercâmbio Regional de Soluções” e da “Reunião Anual do Fórum Iberoamericano e do Caribe de Melhores Práticas”. Os dois eventos foram realizados, respectivamente, de 8 a 10 e de 11 a 12 de maio passado na Cidade do Panamá, Panamá.

A Feira Saber do Sul foi uma realização conjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo do Panamá, nas instalações da chamada Cidade do Saber, implantada em parte das instalações revertidas a esse país a partir da sua assunção da administração do Canal do Panamá.

O Fórum é uma rede de organizações da região voltadas para o desenvolvimento, integrada pelo IBAM, com a coordenação do ONU-Habitat/ROLAC e o patrocínio do Governo da Espanha, que visa promover a transferência de melhores práticas urbanas.

Conferência da OEA em Montevidéu

A Comissão Interamericana de Portos da Organização dos Estados Americanos (CIP/OEA) realizou, de 22 a 24 de maio, na cidade de Montevidéu, a 3ª Conferência Hemisférica sobre Gestão Ambiental Portuária.

O evento, já na sua terceira edição, promoveu a apresentação de questões verificadas nas Américas, experiências mundiais, bem como iniciativas de organismos internacionais nos assuntos relacionados à agenda ambiental dos portos, de grande interesse às cidades portuárias.

Representando o IBAM, Alberto Lopes proferiu palestra sobre “Mudança do Clima e seus Efeitos em Portos e Zonas Costeiras”.

Missão coreana visita o IBAM



No dia 23 de maio uma missão composta por 16 representantes do Distrito de Gwanak, na cidade de Seul, Coreia do Sul, esteve no IBAM, por indicação do seu Consulado Geral em Nova York, com o intuito de conhecer experiências brasileiras em políticas públicas relacionadas com a questão ambiental.

Rio+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como RIO+20, proporcionou à cidade intensa movimentação, com eventos em vários pontos, tratando de temas de interesse de grupos majoritários da sociedade ou de pequenos segmentos vinculados a assuntos bastante específicos.

A equipe do IBAM se dividiu para que pudesse estar presente aos debates sobre temas importantes para o Instituto. O Superintendente Geral – Paulo Timm – esteve, com outros integrantes da equipe, focado nas atividades coordenadas pelo UnHABITAT em conjunto com outros organismos dedicados aos assuntos urbanos.

Entre os eventos de que participaram, cabe destacar a Cúpula para Questões Urbanas (Urban Summit), voltada à elaboração de recomendações sobre o desenvolvimento sustentável para os Governos locais, regionais e metropolitanos e o Encontro do C-40, uma rede de cidades metrópoles (hoje são 58), criada em 2005, com dupla finalidade: cooperar na redução da emissão de gases do efeito estufa e promover ações em grupo entre empresas, Administrações Públicas e a sociedade, visando combater as mudanças climáticas.

Eventos da RIO+20 que trataram de ações envolvendo resíduos sólidos e a gestão compartilhada entre os setores públicos e privados também receberam a atenção dos assessores do Instituto uma vez que, com a contribuição do BID, o IBAM vem trabalhando em projetos deste teor por todo o país.

Do mesmo modo, as apresentações organizadas pelo BNDES para discutir questões amazônicas, notadamente aquelas vinculadas aos projetos de desenvolvimento dos Municípios que são beneficiários potenciais do Fundo Amazonas, tiveram representação do IBAM em suas plateias.



O tema gênero proporcionou a presença do Instituto nos eventos coordenados pela ONU Mulheres, organização presidida pela sra. Michelle Bachelet. Entre as atividades, reunidas sob a denominação de Fórum de Mulheres Líderes no Rio de Janeiro, teve destaque a Cúpula sobre o Futuro que as Mulheres desejam que contou com a presença de chefes de Estado e primeiras-ministras de diversos países.

O IBAM também se fez presente nas iniciativas do CEDIM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – e da Assembleia Legislativa, ambos do Estado do Rio de Janeiro, que realizaram eventos em que a sra. Bachelet interagiu com mulheres brasileiras e recebeu homenagens.

Além das participações na Conferência das Nações Unidas, colaboradores do IBAM, em suas diversas especialidades, estiveram na Cúpula dos Povos – evento da sociedade civil e suas organizações – cujos objetivos assim se expressam: por justiça social e ambiental, contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns.

Prêmio Aurelio Peccei

Realizou-se, nos dias 12 e 13 de junho, no Rio de Janeiro, o Seminário Educação e Inovação nas Sociedades Sustentáveis. O evento antecipou a discussão de temas de interesse da Rio+20 e foi organizado por um conjunto de entidades lideradas pelo Centro Regional de Expertise – RCE – da Universidade das Nações Unidas e pela Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro – REDETEC. Entre os conferencistas estavam renomadas autoridades e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Na ocasião o IBAM foi distinguido com o Prêmio Aurelio Peccei, laurel atribuído a eminentes personalidades e instituições comprometidas com a geração de conhecimento e a difusão de informações.

Gestão Pública é discutida no IBAM

A Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH/RJ realizou no dia 18/07/2012, com o apoio do IBAM, o fórum Gestão Pública. O evento aconteceu no Auditório do Instituto com a presença do Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm, do Presidente da Diretoria Executiva da ABRH/RJ, Fábio Ribeiro, do Diretor de Planejamento, Competências e Premiações da ABRH/RJ, José Carlos de Freitas, e da Diretora de Segmentos da ABRH/RJ, Márcia Costantini.

Claudia Ferraz, Superintendente de Organização e Gestão do IBAM, e Márcia Costa, Coordenadora de Ensino da Escola Nacional de Serviços Urbanos, apresentaram o tema Mapeamento de Competências e Educação Corporativa.

IBAM alerta Municípios sobre a necessidade de apresentar projeto para tratar lixo

Em entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo, no dia 2 de agosto, Karin Segala, coordenadora de projetos do IBAM, ressaltou que partir de agosto de 2012 só acessará recursos da União para resíduos sólidos o Município que tiver elaborado o seu plano municipal de gestão integrada de resíduos.

Entre as atividades a que o IBAM se dedica, uma das mais importantes é fortalecer e aprimorar as capacidades locais – gestores e população – para promover melhorias na qualidade urbano-ambiental e social.

Fórum Urbano Mundial

Foi realizada na cidade de Nápoles, Itália, de 1 a 7 de setembro, a 6ª Sessão do Fórum Urbano Mundial (WUF6), uma iniciativa bianual do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

O IBAM participou de todas as edições do WUF já realizadas, estando presente neste de Nápoles como membro do Fórum Iberoamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas, que desenvolve um trabalho há cerca de 15 anos junto a outras organizações **sociais** da região, com a coordenação do ONU-Habitat/ROLAC e o apoio do Ministério de Fomento do Governo da Espanha.

Diálogo Brasil – Espanha sobre Urbanismo



O IBAM recebeu, no dia 8 de outubro, a visita dos professores Agustín Hernández e Mariano Vázquez do Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território da Escola Técnica Superior de Arquitetura da Universidade Técnica de Madri. O encontro foi realizado na sede do IBAM com a participação também de professores e alunos do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) da FAU-UFRJ.

O encontro serviu para um diálogo institucional e para um intercâmbio de informações sobre programas, atividades e linhas de trabalho comuns das instituições. Na oportunidade, os professores espanhóis apresentaram um estudo sobre Bairros Vulneráveis realizado em Madri, enquanto PROURB e IBAM trataram do tema da habitação popular no Brasil, particularmente na cidade do Rio de Janeiro.

Pacto Global: contribuição da administração para uma sociedade mais justa e sustentável

O XXII Encontro Brasileiro de Administração e o VIII Congresso Mundial de Administração aconteceram de 5 a 7 de novembro, no Rio de Janeiro, com o objetivo de debater e posteriormente sintetizar em um documento o pensamento e os compromissos do sistema CFA / CRAs, signatária

do Pacto Global, para dar efeito aos seus princípios internamente e, assim, ajudar a influenciar todos os segmentos da sociedade, especialmente em ambientes organizacionais em que trabalham os profissionais de gestão, de modo a contribuir com a construção de um modelo de crescimento eficiente e socialmente responsável.



Os eventos, promovidos pelo CRA/RJ, CRA-RS e pelo CFA, com o apoio do ANGRAD – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, site Administradores.com, Grupisa – Grupo de Permuta de Informações Salariais, da ABRH Rio – Associação Brasileira de Recursos Humanos, dos CRAs de SP e de MG, contaram com a participação de Mara Biasi, Consultora do IBAM, e do Superintendente geral do IBAM, Paulo Timm, que recebeu prêmio em homenagem aos 60 anos do Instituto.

IBAM recebe prêmio por serviços prestados



A Sociedade Propagadora das Belas Artes, entidade que completou 156 anos de existência em novembro passado, e a Faculdade Béthencourt da Silva – FABES promoveram a entrega do Prêmio Excelência em Administração Prof. Sylvio Vianna Freire a diversas entidades e personalidades que têm contribuído para construir uma sociedade ética e socialmente justa, tendo o IBAM sido agraciado pelos serviços prestados à Administração Pública brasileira em seus 60 anos.

Nas palavras dos organizadores do evento, as atividades do IBAM e os resultados que tem obtido justificam plenamente a outorga do referido prêmio, recebido pelo Superintendente Geral, Paulo Timm, em cerimônia realizada na sede daquelas instituições.

Ordenamento territorial e competências governamentais no Equador

Foi realizado na cidade equatoriana de Cuenca, de 7 a 9 de novembro, o 8º Simpósio Nacional de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial, sob o tema “Competências e Ordenamento Territorial”, uma iniciativa da Assembleia Nacional do Equador.

O IBAM esteve presente, convidado e representado pelo seu técnico Alberto Lopes que proferiu conferência sobre a experiência brasileira na “Articulação do Planejamento do Desenvolvimento e do Ordenamento Territorial”.

Prêmio Ser Humano 2012

Pelo quarto ano consecutivo o IBAM apoia a realização do Prêmio Ser Humano – ABRH-RJ – iniciativa que destaca e premia ações inovadoras na área de gestão de pessoas, nas seguintes categorias: Organização Pública, Micro e Pequena Empresa, Média e Grande Empresa, Trabalhos Acadêmicos e Profissional.



O IBAM valoriza essa iniciativa por parte da ABRH-RJ e cumpre um importante papel na avaliação dos cases selecionados na categoria Organização Pública – sendo parte integrante da Comissão Julgadora do Prêmio.

A cerimônia de premiação foi realizada na noite do dia 12 de novembro de 2012. Na categoria organização do setor público o prêmio ficou com a Caixa Econômica Federal – Filial do FGTS-Rio, com o case “Rede de Talentos”.

Entre as organizações, na categoria média e grande empresa, o case vencedor foi “Programa Iluminar: modelo inovador de estágio para inclusão de jovens com deficiência intelectual no mundo do trabalho”, da Light. Nas micro e pequenas empresas o vencedor foi a ICQL Química com o case “Comunicação e gestão participativa: porque as pessoas são o nosso maior investimento”.

Na categoria trabalhos acadêmicos, a conquista ficou com Maria Isabel Barreto e a Profa. Eliane Leite da PUC-RIO, que apresentaram “Competências humanas para a sustentabilidade”. A profissional do ano de 2012 em RH foi Ana Rosa Bonilauri, pelo trabalho na Fetranspor.

Em 2012 foi criada a categoria especial Personalidade ABRH-RJ, que reconhece o conjunto de trabalho de um profissional que tenha gerado contribuições efetivas para a qualidade de vida das pessoas no trabalho. A premiada foi Maria Silvia Bastos Marques, presidente da empresa olímpica municipal.

IV Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza

Com o objetivo de estabelecer um intercâmbio sobre a produção acadêmica desenvolvida na área de Direitos Humanos, o Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROEALC – iniciou, em 2004, uma série de encontros que resultaram em simpósios internacionais sobre o tema.

Em 2012, de 21 a 23 de novembro, foi realizado, na UERJ, o IV Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina.

O IBAM apresentou o projeto “Análise dos Programas de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) para adolescentes autores de atos infracionais”, realizado para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no Grupo de Trabalho do dia 23 de novembro.

O objetivo do projeto era conhecer quais são e como estão funcionando os programas nas 27 capitais brasileiras no sentido de levantar subsídios para a implementação e o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

ONU Mulheres – primeira reunião do Grupo Nacional Assessor da Sociedade Civil no Brasil

O Escritório da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul realizou, dia 12 de dezembro, em Brasília, a primeira reunião do seu Grupo Nacional Assessor da Sociedade Civil no Brasil. Neste primeiro encontro, 13 das 15 representantes da sociedade civil selecionadas para integrar o grupo estiveram presentes, entre elas Delaine Martins Costa, pelo IBAM.



Os principais assuntos debatidos foram: cooperação horizontal, mobilização de recursos, Cairo+20, Pequim+20, agenda pós-2015 e a próxima CSW, a Comissão do Status da Mulher das Nações Unidas, que será realizada em março de 2013 na sede da ONU Mulheres em Nova York e tem como tema o fim da violência contra as mulheres.

IBAM participa de premiação do PLAMGE em Belo Horizonte



Aconteceu no dia 13 de dezembro, em Belo Horizonte (MG), a solenidade de premiação do PLAMGE – Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica, organizada pela CEMIG (Grupo do segmento de energia elétrica de Minas Gerais) com apoio do IBAM.

O presidente da Cemig, Djalma Bastos de Moraes, participou da cerimônia de entrega e destacou a parceria entre Cemig, Governo de Minas Gerais, Eletrobras e IBAM, para a capacitação de servidores de 50 Municípios do Estado.

O IBAM foi representado pelo Superintendente Geral Paulo Timm, pela coordenadora do programa de Gestão Energética Municipal do Instituto Luciana Hamada e pela equipe de Multiplicadores: Carlos Magno Pereira, Luiz Rapini Neto, Pedro Francisco Silva e Roberto Vasques Wood (consultores que acompanharam os trabalhos, em campo, nos Municípios, coordenados por Luiz Felipe L. Pacheco).

“No campo do desenvolvimento de competências e habilidades, com foco em políticas públicas e em instrumentos gerenciais, o IBAM mantém programas de cursos presenciais e a distância, que visam fortalecer e aprimorar as capacidades dos diversos atores – Governo e sociedade.”

A prática educacional desenvolvida pelo IBAM tem por objetivo fortalecer os agentes políticos, gestores e servidores públicos, dirigentes de organizações governamentais e não governamentais, além de lideranças da sociedade civil.

Em 2012 a atuação da Escola Nacional de Serviços Urbanos do IBAM buscou ampliar a oferta de cursos presenciais na sede, incrementar o programa de educação a distância, respeitável alternativa para a formação e atualização do conhecimento, investir na realização de fóruns virtuais e na criação de espaços de interatividade entre alunos, onde são compartilhadas informações e experiências de interesse comum.

Importante ressaltar ainda a permanente identificação das competências que precisam ser desenvolvidas e/ou aperfeiçoadas pelos servidores, considerando-se os requisitos dos cargos e funções que ocupam, e o incremento dos cursos descentralizados, realizados por demanda dos Municípios ou em decorrência de atividades dos projetos executados.

A metodologia de ensino adotada, tanto nos cursos presenciais como nos realizados na modalidade a distância, é fundamentada no construtivismo, método eficaz em processos educacionais de adultos. Nessa prática, ensinar e aprender são processos que permitem autonomia de estudos para os alunos que contam ainda com apoio de suporte técnico, ambiente para esclarecimento de dúvidas e acesso ao professor.

A seguir são descritas as atividades realizadas em 2012.

Capacitação na sede do IBAM

Curso de Etiquetagem PBE Edifica de Eficiência Energética em Edificações – Diretrizes para o Gestor Municipal

Entre os cursos presenciais vale destacar o Curso de Etiquetagem PBE Edifica de Eficiência Energética em Edificações – Diretrizes para o Gestor Municipal, realizado na sede do IBAM entre os dias 12 e 14 de novembro de 2012, com o apoio da ELETROBRAS PROCEL Edifica.

O curso contou com a participação de representantes de Prefeituras Municipais, universidades, consultores e concessionárias de energia elétrica, e teve por objetivo fornecer as diretrizes básicas para etiquetagem do nível de eficiência energética em edificações, desenvolvidas em parceria entre o PROCEL/ELETROBRAS e o Inmetro, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem, e os elementos técnicos às Prefeituras Municipais para o atendimento dos requisitos de sustentabilidade e eficiência energética em prédios públicos, bem como os instrumentos jurídicos que regulam os espaços construídos.

O desenvolvimento da etiquetagem de eficiência energética das edificações brasileiras teve início nas ações emergenciais tomadas durante o racionamento de energia elétrica vivenciado nos anos 2000 e 2001, com a aprovação da Lei nº 10.295 e do Decreto nº 4.059 que a regulamenta. Nos anos de 2009 e 2010, foram publicados o Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C) e de Edificações Residenciais (RTQ-R), que pode variar do nível “A” (mais eficiente) ao “E” (menos eficiente).

A etiquetagem é concedida em caráter voluntário, visando preparar o mercado da construção civil para assimilar, de forma gradativa, a metodologia de classificação proposta. No entanto, o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf), publicado em 18/10/2011, estabelece metas para a compulsoriedade por categorias, sendo 2020 para edifícios públicos, 2025 para edificações comerciais e de serviços e 2030 para residências.



Programa regular de Capacitação

O programa regular de Capacitação oferecido anualmente pelo IBAM compreende cursos presenciais e a distância oferecidos em quatro eixos temáticos:

- Direito, Gestão e Técnicas de Governo
- Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
- Finanças Públicas
- Políticas Públicas Setoriais

Os quadros relacionados a seguir discriminam os cursos executados com suas respectivas carga horária e número de participantes.

Curso	Realização	Horas/ aula	Nº participantes
SICONV – Da Celebração a Prestação de Contas – Nova Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011	13 a 17 de fevereiro	30	31
Processo Administrativo	12 a 14 de março	21	11
Elaboração, Planejamento e Gerenciamento de Projetos	12 a 15 de março	24	10
SICONV – Elaboração e Gerenciamento de Projetos	09 a 13 de abril 22 a 26 de outubro	30	22
Sistema Único de Assistência Social – SUAS	14 a 16 de maio	21	8
Processo e Técnica Legislativa	09 a 11 de julho	21	23
Total		207	105

Curso	Realização	Horas/ aula	Nº participantes
Planos Municipais de Saneamento Básico	21 a 23 de maio	21	18
Introdução ao Geoprocessamento	23 a 25 de julho	21	9
Etiquetagem PBE Edifica de Eficiência Energética em Edificações – Diretrizes para o Gestor Municipal	11 a 14 de novembro	21	9
Total		63	36



Curso	Realização	Horas/ aula	Nº participantes
Elaboração das Diretrizes Orçamentárias	07 a 09 de março	21	12
Organizando a Contabilidade Municipal no Contexto das NBCASP	02 a 05 de abril	24	21
Gestão e Controle Orçamentário e Financeiro	24 a 27 de abril	24	10
Os Ativos Públicos e sua Contabilização no contexto das NBCASP	07 a 09 de maio	21	16
Encerramento do Mandato e Prestação de Contas	21 a 24 de maio	24	26
Contabilidade Pública Municipal no Contexto das NBCASP	16 a 19 de junho	24	88
	10 a 13 de setembro		
	08 a 11 de novembro		
Avaliação de Mensuração de Ativos e Passivos Governamentais	08 a 11 de outubro	24	14
Auditoria Governamental	22 a 25 de outubro	24	7
Gestão do Fluxo de Caixa para Municípios	26 a 28 de novembro	21	5
A Controladoria no Âmbito do Município	10 a 13 de dezembro	24	10
Total		279	209



Capacitação nos Municípios

Capacitação em Gestão Energética Municipal

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

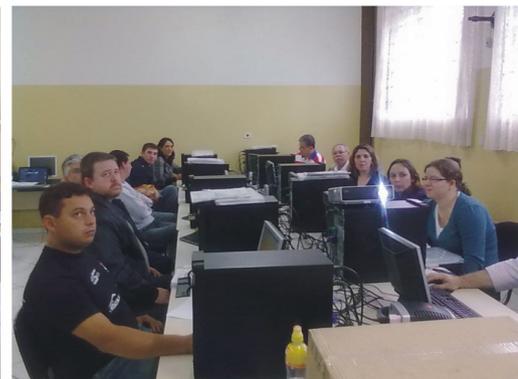
Em parceria com a ELEKTRO Eletricidade e Serviços S.A., o IBAM realizou capacitação em Gestão Energética Municipal nos Municípios paulistas de Andradina, Atibaia, Bertioga, Itapeva, Pirassununga e Votuporanga, em cumprimento a uma das etapas previstas na implementação da Metodologia de Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGEs), contemplada no Programa de Eficiência Energética da concessionária distribuidora de energia elétrica.

As capacitações tiveram como objetivo principal orientar os técnicos municipais selecionados para o uso da metodologia de Gestão Energética Municipal em sua Administração Municipal, chamar a atenção para os conceitos técnicos de eficiência energética e pré-diagnósticos energéticos das instalações municipais, para o uso do software Sistema de Informação Energética Municipal (SIEM) e para a elaboração do Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGE).

Em atendimento a Especificação Técnica da ELEKTRO, a Capacitação em Gestão Energética Municipal foi realizada em cinco módulos, conforme datas e agenda definidas com as Prefeituras Municipais, com um total de 4 horas/aula cada módulo.

Nos Módulos I e II foram transmitidas as etapas da Metodologia de Elaboração de PLAMGEs, suas atividades e responsabilidades, especialmente a Etapa de Estruturação, além dos conhecimentos técnicos em eficiência energética. Nos Módulos III e IV foram apresentadas as Etapas de Gerenciamento e Planejamento, as noções básicas para a elaboração de projetos de eficiência energética em prédios públicos municipais, sistemas de iluminação pública e saneamento. O Módulo III, foi dedicado, também, à apresentação do software SIEM, permitindo o manuseio a todos os alunos, com o objetivo de capacitá-los para o seu uso, possibilitando diagnosticar desvios e problemas na sua aplicação.

O Módulo V refere-se ao conteúdo da elaboração do PLAMGE, as estratégias de sustentabilidade da UGEM e atividades pós-PLAMGE.



CEMIG Distribuição



Em atendimento ao contrato formalizado com a CEMIG Distribuição para aplicação da Metodologia de Elaboração de PLAMGEs, o IBAM sensibilizou e treinou os técnicos municipais dos 50 Municípios selecionados para o tema.

A Capacitação em Gestão Energética Municipal dos técnicos municipais, ministrada para seis turmas, foi realizada no período de 6 a 17 de fevereiro de 2012, com uma carga horária total de 24 horas cada capacitação, nas dependências da Universidade Corporativa da CEMIG – UniverCEMIG. Foram capacitados 145 técnicos municipais.

Os objetivos específicos da Capacitação em GEM abordaram:

- sensibilizar os técnicos municipais para os conceitos de Gestão Energética Municipal, destacando as possibilidades de melhoria da qualidade dos serviços públicos através do uso eficiente da energia elétrica;
- treinar as equipes das Unidades de Gestão Energética Municipal – UGEMs, na implementação integral da Metodologia de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGEs, instrumento que estabelece metas, objetivos e estratégias para a redução do consumo de energia elétrica na Administração Municipal;
- apresentar as etapas e as respectivas metas a serem alcançadas ao longo dos meses de trabalhos para a elaboração do PLAMGE, em cada Município selecionado;
- treinar os participantes para a utilização do Sistema de Informação Energética Municipal – SIEM – na versão Web, programa de computador que possibilita o acompanhamento de dados e indicadores das unidades consumidoras dos Municípios;
- orientar e capacitar as equipes das UGEMs na elaboração do PLAMGE, um instrumento que estabelece metas, objetivos e estratégias para a redução do consumo de energia elétrica na Administração Municipal.

COPEL Distribuição – COPEL DIS

Parte integrante das atividades previstas na implementação da Metodologia de Elaboração de PLAMGEs, o IBAM realizou no período de 5 a 8 de novembro de 2012, a capacitação em Gestão Energética Municipal dos técnicos municipais em duas turmas, com uma carga horária total de 24 horas cada em Curitiba/PR.

Foram capacitados 40 técnicos municipais, pertencentes aos Municípios de Borrazópolis, Centenário do Sul, Céu Azul, Cidade Gaúcha, Jaguapitã, Joaquim Távora, Mamborê, Marilândia do Sul, Mariluz, Marmeleiro, Mauá da Serra, Paraíso do Norte, Santa Mariana, São João do Ivaí, Uraí e Vera Cruz do Oeste.



No primeiro dia da Capacitação em Gestão Energética Municipal foram transmitidas as etapas da Metodologia de Elaboração de PLAMGEs, suas atividades e responsabilidades. No segundo dia foram apresentados os conhecimentos técnicos em eficiência energética e as noções básicas para a elaboração de projetos de eficiência energética em prédios públicos municipais, sistemas de iluminação pública e saneamento. O terceiro dia foi dedicado à apresentação do software SIEM, permitindo o manuseio a todos os alunos, com o objetivo de capacitá-los para o seu uso e diagnosticar desvios e problemas na sua aplicação.

Capacitação dos Municípios Goianos para Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS

A partir de compromisso firmado entre o Governo Estadual e 159 Municípios goianos, o IBAM promoveu a capacitação dos Grupos Técnicos Locais, responsáveis pela elaboração dos PMHIS, realizando sete oficinas com cerca de 10 instrutores cada e 400 participantes, cujos conteúdos foram balizados por roteiros técnicos contendo metodologia e orientações para a realização do plano de trabalho, do diagnóstico habitacional e do plano de ação do PMHIS. Além disso, o IBAM apoiou a equipe de técnicos da AGEHAB na tarefa de assistência técnica do Estado a 31 Municípios goianos integrantes do Programa Territórios da Cidadania para elaboração dos PMHIS.

Apoio à Modernização da Prefeitura Municipal de Arapiraca/AL

A Prefeitura Municipal de Arapiraca, no Estado de Alagoas, firmou parceria com o IBAM para desenvolvimento de Programa de Capacitação no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal – PNAFM.

O Programa compreendeu a execução de 12 cursos e teve o propósito aperfeiçoar competências diversas, considerando-se os requisitos dos cargos e funções que gestores e técnicos ocupam na Administração. A iniciativa busca traduzir o compromisso do Governo Municipal com a melhoria contínua dos processos de gestão e com a elevação da qualidade dos serviços prestados à população. Foram realizados os seguintes cursos:

Curso	Realização	Horas/ aula	Nº participantes
SICONV – Da Celebração a Prestação de Contas – Nova Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011	02 a 05 de julho	28	28
Básico de Licitação	09 a 11 de julho	21	31
Metodologia para Mapeamento de Processos	16 a 18 de julho	24	24
Elaboração do Orçamento Municipal	23 a 25 de julho	21	32
Uso e Ocupação do Solo: Instrumentos de Planejamento Urbano	30 de julho a 01 de agosto	24	34
Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico	06 a 09 de agosto	28	29
Avaliação de Indicadores Sociais	13 a 16 de agosto	28	34
Controle Urbano: Poder de Polícia, Legislação e Procedimentos	20 a 23 de agosto	28	24
Contabilidade Pública	27 a 29 de agosto	21	35
Retenções na Administração Pública	10 a 12 de setembro	21	29
Metodologia para Revisão de Plantas de Valores	17 a 19 de setembro	21	11
Gestão por Fundos Especiais	24 a 26 de setembro	21	17
Total		286	328



As Prefeituras Municipais de Maragogi/AL, de Santos/SP e a Câmara Municipal de Angra dos Reis/RJ contrataram o IBAM para ministrar cursos em suas sedes. Já a Prefeitura de Belford Roxo/RJ contratou a execução do curso Gestão do Sistema Único da Assistência Social, para três turmas, na sede do Instituto. O quadro a seguir permite visualizar os cursos e suas cargas horárias, bem como as datas de realização e o número de participantes.

Demandante	Curso	Realização	Horas/aula	Nº participantes
Prefeitura Municipal de Maragogi/AL	A Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Federais no SICONV	02 a 04 de abril	30	11
Prefeitura Municipal de Santos/SP	A Controladoria no Município	14 a 16 de maio	18	26
Prefeitura Municipal de Belford Roxo/RJ	Gestão do Sistema Único da Assistência Social – SUAS	03 a 05 de setembro	21	77
		10 a 12 de setembro	21	
		17 a 19 de setembro	21	
Câmara Municipal de Angra dos Reis/RJ	Contabilidade Pública Municipal no Contexto das NBCASP	03 a 06 de dezembro	24	26
Total			135	140



Cursos Livres a Distância

Os cursos a distância do Programa de Capacitação do IBAM são de duas modalidades: autoinstrução e com apoio de tutoria especializada, ambos oferecidos e realizados *on-line* no ambiente virtual de aprendizagem do IBAM (AVA-IBAM).

Os resultados alcançados indicam que os cursos a distância do Programa de Capacitação seguem trajetória similar aos cursos presenciais devendo, em breve, consolidar-se como a alternativa para agentes políticos, gestores e servidores públicos de diversos níveis que buscam capacitação a distância com temas focados prioritariamente em questões municipais.

Em 2012 foram oferecidos nove cursos. Do total de 255 alunos inscritos nos cursos EAD, 227 foram concluintes, ou seja, receberam certificado de conclusão. A taxa de evasão de 10,9% nos cursos a distância pode ser interpretada como indicador da qualidade dos cursos oferecidos.

Os cursos realizados pelo Programa EAD são listados a seguir.

Eixo: Gestão, Direito e Técnicas de Governo		
Curso	Horas/aula por turma	Nº participantes
Final de Mandato: orientações para transição – FM	20	22
Processo e Técnica Legislativa – PTL	20	32
Fundamentos de Licitações e Contratos Administrativos	40	14
Gestão de Pessoas – GP	30	19
Município para candidatos	20	4
Português para quem tem pressa	8	62
Total	336	153

Eixo: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade		
Curso	Horas/aula por turma	Nº participantes
Estruturação de Destinos Turísticos – EdTur	30	11
Total	60	11

Eixo: Finanças Públicas		
Curso	Horas/aula por turma	Nº participantes
Encerramento do Exercício e Prestação de Contas – EEPC	30	33
Total	150	33

Eixo: Políticas Setoriais		
Curso	Horas/aula por turma	Nº participantes
Gestão do Fundo Especial da Assistência Social – FAS	30	58
Total	90	58

MBA a Distância

O IBAM prosseguiu em 2012 o programa de cooperação com a UNIASSELVI para a realização de cursos em nível de pós-graduação, pelo sistema de ensino a distância, destinado a público pós-graduado de todo o território nacional que atue ou tenha interesse em atuar ou conhecer mais profundamente questões de políticas públicas e de gestão municipal.

Durante o ano, além da realização de atividades para o curso de Gestão Pública foram assinados dois Termos Aditivos. O primeiro, para a elaboração de Cadernos que farão parte de um novo curso sobre Políticas e Gestão de Serviço Social e o segundo para a realização de um curso *in house*, para funcionários públicos municipais da Prefeitura de Itapetininga, em São Paulo.

O curso de Gestão Pública se compõe de 10 Cadernos de Estudos, sendo sete (temas relacionados à gestão pública) com textos sob a responsabilidade técnica do IBAM, além das videoaulas ilustrativas do seu conteúdo. Os temas tratados foram:

- Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável;
- Municípios como unidade de Governo: Papel do Município no pacto federativo brasileiro;
- Planejamento de Finanças e Orçamento;
- Planejamento da Gestão;
- Políticas Urbanas;
- Políticas Sociais.

Ainda em 2011 foi acordada a participação do IBAM no projeto referente ao curso de Políticas e Gestão de Serviço Social, onde está prevista a presença de profissionais indicados pelo IBAM em cinco dos sete capítulos que compõem o conteúdo técnico do curso.

Neste novo curso serão reutilizados dois cadernos elaborados para o curso de Gestão Pública – Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável e Políticas Sociais – e serão elaborados três sobre os seguintes temas: Estado e Sociedade; O Exercício Profissional do Assistente Social e Gestão em Serviços Sociais.

A estratégia para a realização do curso na área de políticas sociais se orienta para o aperfeiçoamento de profissionais egressos do curso superior na área de assistência social e que para sua plena atuação têm que se familiarizar com conceitos de políticas públicas e de gestão em nível local aplicáveis à sua área profissional.

Adicionalmente ao programa de cooperação foi assinado Termo Aditivo para a realização de uma turma de alunos da Prefeitura de Itapetininga, pela modalidade semipresencial, com 75 alunos inscritos e sob a coordenação técnica e tutoria na sua execução realizada por profissionais do IBAM.

PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA | SEMIPRESENCIAL | ON-LINE

POLÍTICAS E GESTÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Objetivos
Este curso tem por finalidade formar assistentes sociais competentes e comprometidos com as políticas sociais e com a gestão e implementação de projetos sociais junto a instituições, grupos e comunidades. Além disso, propiciar aos cursistas um espaço de estudos e reflexões sobre as políticas sociais e a gestão destas políticas na área social.

Campo de Atuação
O assistente social tem um campo de trabalho bastante diversificado, atuando principalmente em instituições públicas, empresas, hospitais, sindicatos, organizações não-governamentais. Além disso, podem atuar em diferentes contextos na medida em que houver necessidade de profissionais com formação na área social.

Matriz Curricular

- Educação a Distância e Métodos de Autoaprendizado
- Metodologia do Ensino Superior
- Metodologia do Trabalho Científico
- Competências Profissionais no Mundo Moderno
- Temas e Teorias da Sociologia
- Estado e Sociedade
- Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
- Políticas Sociais
- O Exercício Profissional do Assistente Social
- Gestão em Serviço Social
- Monografia TCC

Investimento: Matrícula no valor de: R\$ 195,00 + 15 parcelas no valor de: R\$ 195,00

Accesse o site
www.uniasselvipos.com.br
e encontre o polo mais próximo de você.

0800 723 9000
www.gruposociedade.com.br

UNIASSELVI
UNIVERSIDADE ASSOCIADA DE
SERVIÇOS SOCIAIS DO BRASIL

“A assessoria prestada pelo IBAM se reflete na formulação de políticas públicas finalísticas ou setoriais, tais como políticas sociais e ambientais, importantes responsáveis pela oferta de serviços à população, além de promover a responsabilização e a sustentabilidade da Administração Pública.”

A assessoria técnica prestada pelo IBAM tem por objetivo o desenvolvimento institucional no âmbito da Administração Pública e se reflete na formulação de políticas públicas finalísticas ou setoriais, por exemplo, políticas sociais e ambientais, importantes responsáveis pela oferta de serviços à população. Por outro lado, a definição de medidas e parâmetros transversais que zelam pelo funcionamento e gestão públicas – como o estudo e a revisão de processos que conduzem à modernização administrativa, de recursos humanos, ao aperfeiçoamento da área financeira, entre outros aspectos – tem a finalidade de promover a responsabilização e a sustentabilidade da Administração Pública. A relação de projetos, apresentados de forma sucinta, a seguir, é ilustrativa das atividades realizadas no período.

Alianças Público-Privadas

O Programa de Estruturação de Modelos Alternativos de Alianças Público-Privadas em Municípios Brasileiros vem sendo desenvolvido desde 2009 pelo IBAM com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do FOMIN (Fundo Multilateral de Investimentos).

No ano de 2012 foram intensificadas as ações relacionadas às experiências piloto previstas no Programa. Os Municípios de Ilhéus (BA), Valença (BA), Manaus (AM) e Ponta Porã (MS) foram beneficiários dos trabalhos desenvolvidos na área de Resíduos Sólidos e os Municípios de Japaratinga (AL) e Ponta Porã (MS) foram apoiados em iniciativas voltadas para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

O Projeto de Desenvolvimento de um Programa de Coleta Seletiva com Inserção Socioprodutiva de Catadores no Município de Ilhéus registrou avanços significativos ao longo do último ano com o



início da implementação do plano operacional de coleta seletiva, com as atividades de capacitação dos agentes envolvidos no processo e com a conclusão da elaboração do Programa de Comunicação e do Plano de Negócios. As diversas atividades continuaram a estreitar a colaboração entre a Prefeitura e a Cooperativa que congrega os Catadores (COOLIMPA), na linha da constituição da Aliança Público-Privada e em atendimento ao Termo de Compromisso que já havia sido firmado entre as duas entidades.

Em 5 de outubro de 2012, foi firmado convênio entre o IBAM e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) para a constituição de uma Aliança Público-Privada entre a Prefeitura Municipal de Valença e os Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. A implementação das ações do Convênio terá como referência a experiência vivida em Ilhéus.

As atividades relativas a Resíduos Sólidos no Município de Manaus estiveram centradas na identificação e liberação jurídico-administrativa dos terrenos onde serão construídos os galpões que integrarão os procedimentos de coleta seletiva naquele Município.



Em Ponta Porã foi realizado um estudo pioneiro contemplando alternativas para tratamento integrado dos resíduos sólidos das cidades-gêmeas Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). O estudo, de caráter binacional, abrangeu aspectos jurídicos e técnicos e contou com o envolvimento das autoridades locais, estaduais e departamentais dos dois países vinculadas a essa região de fronteira.

Ainda em Ponta Porã, com base em Termo de Compromisso assinado em 9 de maio entre o IBAM, o SEBRAE e a Prefeitura daquele Município, foi desenvolvido processo de concepção, mobilização e estruturação jurídica e administrativa do “Ponta Porã Sem Fronteiras Convention & Visitors Bureau (PPC&VB)”, que veio a ser criado em 16 de agosto. A entidade terá papel fundamental no desenvolvimento do turismo de negócios na região e possibilitará novos espaços de articulação e cooperação entre o setor público e o setor privado na área do turismo. Nesse contexto, o IBAM trouxe para discussão na Prefeitura e na Câmara dos Vereadores um conjunto de projetos de lei que estabelecem as bases de estruturação das Políticas Públicas a serem adotadas pelo Governo Local nesta área.

O Convênio entre o IBAM e a Agência de Fomento de Alagoas (Desenvolve), que tem por objetivo a integração entre as ações de produção e comercialização de alimentos e a expansão do turismo, beneficiando especialmente a agricultura familiar no Município de Japaratinga (AL), deu importante passo com a assinatura de Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Prefeitura e várias entidades privadas do referido Município. Ele possibilita a capacitação de agricultores familiares nas áreas de tecnologia agropecuária e gerencial visando à utilização correta de máquinas, equipamentos, insumos, crédito rural e outros, com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda desses agricultores e melhorar suas condições de vida por meio da comercialização de seus produtos com empreendimentos do segmento do turismo da região.



Pesquisa Quantitativa e Qualitativa em parte da Região Nordeste

Entre os meses de abril e novembro de 2012 aconteceram as etapas quantitativas e qualitativas da pesquisa “Análise dos Programas de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC) para adolescentes autores de atos infracionais”. Nos Municípios de Maceió, Aracaju, Natal, Recife, João Pessoa e Salvador foram entrevistados, por meio de um questionário fechado, gestores municipais de medida socioeducativa em meio aberto (um em cada capital). Nessas capitais o atendimento acontece por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e a execução das medidas acontece nos CREAS (à exceção de Salvador cuja responsabilidade é da Fundação Cidade Mãe).

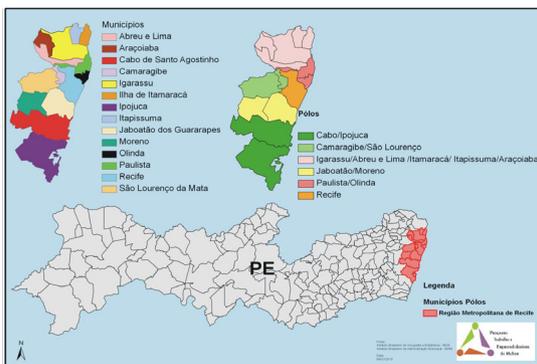
Na etapa qualitativa, foram contratados seis pesquisadores locais que fizeram dez entrevistas com perguntas fechadas em cada capital com os atores do sistema de garantia de direitos (juiz, promotor, gestor estadual, conselhos etc.). No total, 60 pessoas foram entrevistadas nessa região.

Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher

No ano de 2012 foram finalizadas as atividades do programa nos Estados do Pará e de Pernambuco, com a produção de uma publicação com análises dos programas em todos os Estados pelos quais o PTEM passou, denominada Políticas Públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram, e outra sobre o trabalho realizado em Pernambuco, denominada Resultados, Desafios e Recomendações, com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, análise dos desafios que ainda se apresentam para as gestões públicas e sugestões e recomendações para as gestões a fim de qualificar as políticas de fomento à autonomia econômica das mulheres.

Em resumo, no Pará o programa alcançou sete Municípios: Ananindeua, Belém, Capanema, Marabá, Parauapebas, Santarém e Soure. Representantes de 194 organizações de desenvolvimento local de todos os Municípios abrangidos participaram das reuniões de sensibilização, 761 mulheres

empreendedoras em situação de vulnerabilidade de renda estiveram presentes nos Seminários Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e 125 mulheres concluíram os cursos de fomento ao empreendedorismo, trabalho e ocupação.



Em Pernambuco, foram abrangidos 14 Municípios da região metropolitana de Recife, distribuídos em cinco polos. Representantes de 300 organizações de desenvolvimento local foram envolvidas nas reuniões de sensibilização, enquanto 960 mulheres empreendedoras em situação de vulnerabilidade de renda participaram dos Seminários Trabalho e Empreendedorismo da Mulher. Trezentas e sessenta mulheres concluíram os cursos de fomento ao empreendedorismo, trabalho e ocupação.

Gênero e Partidos Políticos na América Latina

Elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID/Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral – IDEA, com o objetivo de atualizar informações sobre a participação feminina e os partidos políticos brasileiros que alcançaram uma representação parlamentar superior a 5% nas eleições de 2010, o IBAM colaborou com o projeto através da realização de entrevistas presenciais e por skype, pesquisa nos sites e leitura de Estatutos e Regimentos dos Partidos, onde foram identificadas informações sobre o contexto nacional (dados sobre o sistema eleitoral, a lei de cotas, as leis de financiamento público e o grau de representação das mulheres nos parlamentos, entre outros aspectos), o contexto partidário (os principais âmbitos de atuação de cada partido político, incluindo a composição por sexo dos candidatos, o compromisso com a igualdade de gênero expresso nos estatutos e a existência de mecanismos para promover a igualdade de gênero) e os partidos políticos (principalmente, os mecanismos adotados pelos partidos para promover a participação das mulheres e dos grupos étnicos, a configuração do comitê executivo nacional, os processos de seleção dos/das candidatos, posição dentro do partido etc.) Foram realizadas entrevistas com as responsáveis pelas respectivas Secretarias ou Segmentos Nacionais de Mulheres, além da coleta de informações dos seguintes partidos:

- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB);
- Partido dos Trabalhadores (PT);
- Democratas – Partido Frente Liberal;
- Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB);
- Partido Socialista Brasileiro (PSB);
- Partido da República;
- Partido Progressista (PP);
- Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Plano Diretor do Conjunto Arquitetônico do INT

Em 2012, o IBAM executou mais um importante projeto na linha de trabalho dirigida à elaboração de estudos urbanísticos e planos físico-territoriais para instituições que ocupam grandes terrenos ou campi. A consolidação desta linha de trabalho demonstra a preocupação crescente entre gestores de importantes instituições com o bom aproveitamento dos imóveis que utilizam, com o planejamento dos investimentos no espaço físico que dá suporte ao desenvolvimento de suas atividades e com a inserção urbana de cada instituição.

O Instituto Nacional de Tecnologia (INT) ocupa um terreno próximo à Praça Mauá, no Rio de Janeiro, coração do projeto de renovação da área portuária em execução. A perspectiva de ampliação das atividades do INT com novas linhas de pesquisa no mesmo momento em que a área portuária está em transformação levou o Instituto a assumir o planejamento do seu conjunto arquitetônico como prioridade.

O INT é uma instituição de caráter multidisciplinar, criada em 1921 e instalada no atual terreno no início da década de 30. Vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Informação, o Instituto, desde a sua criação, dedica suas atividades ao desenvolvimento da tecnologia industrial, com atuação baseada em programas e ações estratégicas nacionais. Entre as diversas iniciativas do INT de relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, destacam-se algumas:

- a invenção do carro a álcool, em 1925;
- o desenvolvimento de pesquisas em biocombustíveis, na década de 30;
- a criação do método de ensaio e resistência do concreto – Brazilian Test, em 1940;
- a fundação do primeiro centro de Informações Tecnológicas da América Latina, em 1960;
- a criação do primeiro núcleo de Design em Instituição Federal, em 1970;
- o Programa Nacional do Álcool (Proálcool),
- os estudos iniciais em nanotecnologia na década de 2000.

Atualmente, de acordo com seu planejamento estratégico, o INT atua em seis áreas prioritárias:

- Petróleo, Gás e Petroquímica;
- Energias Renováveis;
- Saúde;
- Química Verde;
- Tecnologias Sociais;
- Defesa.

O processo de elaboração do Plano Diretor do Conjunto Arquitetônico identificou os principais problemas das edificações utilizadas pelo INT, a maioria delas já antigas, que precisam ser adaptadas às novas exigências espaciais para o desenvolvimento de pesquisas científicas de ponta. No trabalho desenvolvido pelo IBAM, na interlocução cotidiana com os gestores e técnicos do INT, foram definidas diversas propostas de ação a serem realizadas em curto, médio e longo prazo.

A partir da visão de conjunto do espaço físico do INT, foram formuladas as propostas baseadas em um Cenário de Renovação, com a perspectiva de consolidação do Conjunto Arquitetônico do INT como “Campus da Inovação”.

A assessoria técnica do IBAM foi realizada no período de agosto a dezembro de 2012.



Anos 30 – construção do primeiro edifício



Anos 40 – ampliação do edifício antigo



Anos 70 – construção de novo edifício



2012 – conjunto atual e perspectivas de renovação

IBAM finaliza assessoria técnica às ações em Habitação de Interesse Social no Estado de Goiás

Considerado um dos principais passivos do país, o déficit habitacional é, hoje, combatido por intermédio do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social que, por ser uma política de Estado, encontra rebatimentos nos níveis estadual e municipal de Governo. O IBAM, com inúmeras assessorias técnicas realizadas em Municípios e Estados, para elaboração de PLHIS e PEHIS, respectivamente, é parceiro na implementação da política nacional e, através desta linha de trabalho, reafirma sua missão de contribuir para o fortalecimento das capacidades de gestão dos Governos e para a promoção da inclusão social e para a sustentabilidade das políticas públicas.

O Estado de Goiás, tendo à frente a Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, com repasses do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, desde 2010 e ainda durante a gestão passada, iniciou parceria com o IBAM para assessoria técnica do Instituto implementada no período 2010/2012 em duas frentes de trabalho:

- Ciclo de Capacitação dos Municípios Goianos para Elaboração dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social – PMHIS;
- Elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Goiás – PEHIS/GO.

A equipe de assessores do IBAM, juntamente com a equipe técnica da AGEHAB, concluiu em dezembro de 2012 o PEHIS/GO, em um processo de trabalho participativo que, ao longo das fases de formulação da metodologia, diagnóstico habitacional, cenários futuros e plano de ação, contou

com a realização de reuniões técnicas, seminário regional, cinco audiências públicas regionais e dois seminários gerais, além de reuniões com o CGFEHIS (Conselho Gestor do Fundo Estadual de HIS).



O conjunto de propostas aponta para práticas inovadoras de gestão do setor habitacional, de forma a consolidar a implementação do SNHIS e da Política Nacional no Estado, no cumprimento de seu papel federativo, buscando mitigar os impactos tanto do passivo quanto das novas demandas por habitação em Goiás, frente às suas peculiaridades regionais.

Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

A metodologia do IBAM de Gestão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com a implantação da Nota Fiscal de Serviços eletrônica – NFS-e oferece um conjunto de ferramentas de trabalho, revisão de processos e assessoramento jurídico-tributário decisivos no apoio ao processo de controle fiscal e contra a sonegação, contribuindo para o aumento da arrecadação municipal.

Essa metodologia de assessoramento proporciona a elaboração de atividades, processos e gestão, exclusivamente via Internet.

Com efeito, sua implementação junto às Administrações Públicas Municipais busca alcançar, como objetivos principais, a redução dos custos de gestão, o uso de ferramentas tecnológicas no relacionamento com o Contribuinte, a gestão da informação com Inteligência Fiscal, e a devida otimização da arrecadação do ISSQN.

Ao final de 2012, cerca de 94 mil contribuintes encontravam-se cadastrados no Sistema de Gestão do ISSQN e foram responsáveis pela emissão de 18.774.249 Notas Fiscais de Serviços eletrônicas – NFS-e.

Mantendo uma constante interlocução com os Municípios, o IBAM, mensalmente, apresentou sugestões de ações que visam ao incremento da arrecadação do ISSQN, baseado nas informações obtidas no Sistema de Gestão da NFS-e.

A arrecadação total do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN nos Municípios assessorados pelo IBAM atingiu o total de R\$ 640.654.608,00, representando o incremento médio de arrecadação de cerca de 17% em relação ao arrecadado em 2011.



Em 2012 foram assessorados pelo IBAM, com a utilização de sua metodologia de gestão do ISSQN, 34 Municípios. São eles: Amargosa/BA; Aracaju/SE; Arcos/MG; Bagé/RS; Barroso/MG; Caldas Novas/GO; Camanducaia/MG; Campo Belo/MG; Campo do Brito/SE; Carmo/RJ; Casimiro de Abreu/RJ; Catu/BA; Cordeiro/RJ; Estância/SE; Feira de Santana/BA; Formiga/MG; Itaúna/MG; Lagarto/SE; Lucas do Rio Verde/MT; Miguel Pereira/RJ; Nerópolis/GO; Niterói/RJ; Nova Friburgo/RJ; Ouro Preto do Oeste/RO; Paty do Alferes/RJ; Pojuca/BA; Porto Real/RJ; Rio Piracicaba/MG; Santa Maria Madalena/RJ; São João da Barra/RJ; Silva Jardim/RJ; Teresópolis/RJ; Uberaba/MG; Viçosa/MG.

Gestão da Dívida Ativa

O assessoramento em desenvolvimento institucional com foco na Recuperação de Créditos e Gestão da Dívida Ativa compreende a revisão dos procedimentos administrativos para inscrição, cobrança, recebimento e baixa da dívida ativa, capacitação de servidores municipais vinculados à gestão da dívida, depuração e atualização do banco de dados, determinação de estratégias de recuperação de créditos inscritos ou não inscritos em dívida ativa e acompanhamento e assessoramento à recuperação de créditos municipais.

Os contratos como os Municípios de Hortolândia e Jacareí, no Estado de São Paulo, encerrados em 2012, apresentaram resultados superiores a 10% e 23%, respectivamente, sobre as metas estabelecidas para a recuperação de créditos.

Neste contexto, os Municípios de Salto, Cubatão e Limeira, todos no Estado de São Paulo, solicitaram ao IBAM propostas para o desenvolvimento deste assessoramento.

Modernização Administrativa, Fiscal e Urbanística da Prefeitura Municipal de Natal



O contrato entre a Prefeitura Municipal de Natal/RN e o IBAM, no âmbito do Projeto para Modernização Administrativa e Fiscal, resultante de acordo entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal – PNAFM, teve continuidade em 2012, com ações relativas a seus dois componentes: redesenho de processos e atualização e consolidação de legislação.

Entre os produtos desenvolvidos nessas temáticas ressaltam-se:

- Manual de Redação Oficial da Prefeitura;
- Anteprojeto de Lei do Código Urbanístico e Ambiental;

- Plano de Capacitação da Escola Municipal de Gestão Pública;
- Instruções Normativas de Compras, Contratos e Convênios;
- Redesenho dos Processos de Trabalho.

Cabe destacar o trabalho desenvolvido em estreita cooperação com a Secretaria Municipal de Tributação de Natal – SEMUT na revisão e atualização do Regulamento do Código Tributário e redesenho dos processos da SEMUT.

Com esses objetivos, foram desenvolvidos os seguintes instrumentos e procedimentos:

- Regulamento do Código Tributário;
- Instrução Normativa para Gestão da Dívida Ativa;
- Instrução Normativa para Fiscalização Mercantil e Imobiliária;
- Redesenho dos Processos da SEMUT.

Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno

O IBAM assessorou a Câmara Municipal de Barbacena/MG e a Câmara Municipal de Mendes/RJ na Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno com o objetivo de apontar as inconstitucionalidades, ilegalidades e impropriedades existentes e, conforme distorções apresentadas, propor novos textos contendo os dispositivos mais apropriados a esses instrumentos legislativos.

Reestruturação Administrativa

Os trabalhos, com foco na estrutura organizacional, visaram adequar as Administrações Municipais ao desempenho de suas finalidades, diante das demandas da população e dos objetivos e programas de ação governamental, estabelecendo mecanismos de aproximação entre o Governo e a comunidade, tendo em vista a melhor gestão dos recursos e serviços públicos.

O trabalho para a Prefeitura Municipal de Vinhedo/SP foi concluído e estão em andamento os projetos para as Prefeituras Municipais de Armação dos Búzios/RJ, de Nova Europa/SP e de Areado/MG.

Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho

A revisão e efetiva implantação de um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho possibilitam à Administração Municipal recursos para valorizar e melhor aproveitar o potencial dos servidores, bem como subsidiar o recrutamento de novos servidores com vistas a alcançar, mais rapidamente, os resultados organizacionais pretendidos.



No ano de 2012 o IBAM elaborou projetos de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho para as Câmaras Municipais de Vinhedo, no Estado de São Paulo, e de Timóteo e Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, bem como para as Prefeituras Municipais de Miguel Pereira/RJ, de Carapebus/RJ, de Quatis/RJ, de Vila Pavão/ES, de Venda Nova do Imigrante/ES (em parceria com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Venda Nova do Imigrante – SINDSERVENOVA), de Trajano de Moraes/RJ, de Cambé/SC, de Gaspar/SC e de São José dos Pinhais/PR, além do projeto realizado para a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento/S.A, em Campinas/SP.

Em andamento estão os Planos das Prefeituras Municipais de Sales de Oliveira/SP, de Itatiaia/RJ, de Petrópolis/RJ e de Tibagi/PR.

Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração da Guarda Municipal



O IBAM assessorou a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais na reformulação do Estatuto da Guarda Municipal, revendo a legislação que regulamenta a relação jurídico-funcional estabelecida entre a Prefeitura e o corpo funcional da Guarda.

Da mesma forma, reestruturou o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Guarda Municipal com a finalidade de propiciar, sobretudo, a valorização do pessoal, mediante proposição de normas sobre a regulamentação da carreira em nível local, estabelecimento dos novos perfis dos cargos, novas tabelas salariais e mapeamento dos perfis de competência necessários ao exercício dos cargos, objetivando motivar os servidores a procurar constante aprimoramento de seu desempenho funcional. Ainda no âmbito do trabalho, foi definido o sistema de avaliação de desempenho dos servidores da Guarda Municipal em estágio probatório e dos servidores estáveis.

Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério

A valorização e o melhor aproveitamento do potencial dos servidores do Magistério Público Municipal são os resultados mais evidentes da revisão e implementação desse Estatuto, segundo os princípios básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2012, as Prefeituras Municipais de Vila Pavão/ES, Cambé/SC, Miguel Pereira/RJ e Venda Nova do Imigrante/ES realizaram a revisão de seus Estatutos do Magistério com a assessoria do IBAM.

Assessoramento Jurídico e Contábil para Análise de Contas

O Projeto teve por finalidade a análise das contas do Município de Itaperuna/RJ, especialmente nas áreas da educação, saúde e contratos nos anos de 2009 a 2012, visando identificar possíveis problemas, distorções e impropriedades jurídicas e contábeis e apresentar recomendações para orientar a solução das disfunções encontradas.

Pesquisa Salarial

Com o objetivo de conhecer o posicionamento externo da organização, além de fornecer dados para cálculo da estrutura e composição da política salarial interna, o IBAM realizou em 2012 a estruturação e a aplicação de Pesquisa Salarial para SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento/S.A, em Campinas/SP.

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

As Prefeituras Municipais de Miguel Pereira/RJ, Quatis/RJ, Cambé/SC, Itatiaia/RJ, São Manoel/SP e Gaspar/SC tiveram a assessoria do Instituto para atualizar a legislação municipal relativa aos direitos, deveres e responsabilidades dos seus servidores, adequando-a aos preceitos da Constituição Federal, à jurisprudência dos Tribunais e à doutrina dominante.

Porto Real Avalia seu Sistema de Ensino

O IBAM participou, pelo terceiro ano consecutivo, do processo de Avaliação do Sistema de Educação Pública do Município de Porto Real/ RJ. Tal sistema, instituído pela Lei Municipal nº 381, de 05/01/2010, possui um grande diferencial em relação a todos os outros sistemas de avaliação praticados no país. Isso porque, em Porto Real, essa avaliação prevê a aplicação de provas e formulários contextuais que permitem conhecer o perfil e a opinião dos diversos atores sociais envolvidos no trabalho educativo, a saber: diretores, membros da equipe de coordenação, professores, pais e alunos do segmento Jovens e Adultos. Além disso, a aplicação dos testes é de caráter censitário, e não por amostragem, e as provas aplicadas abrangem todas as disciplinas e conteúdos curriculares da Educação Básica, nas séries atendidas pelas escolas da rede municipal de ensino.

A Educação Infantil também é avaliada, só que qualitativamente, através de instrumentos e estratégias metodológicas adaptados ao perfil da faixa etária. Com isso, espera-se que esta ampla avaliação, realizada anualmente, contribua não apenas para o pagamento das gratificações por desempenho dos professores, mas, principalmente, para a melhoria da qualidade do ensino oferecida aos cidadãos de Porto Real, preparando-os para a continuidade dos estudos, para as demandas do mundo do trabalho e para a vida em sociedade.



Concurso Público

Captar e desenvolver o capital humano na Administração Pública é assunto que requer estratégia e investimento e que vai muito além do mero cumprimento dos dispositivos legais que regem a matéria. O assessoramento que o IBAM faz na realização de concursos públicos e processos

seletivos, que inclui todas as etapas do certame, desde a elaboração dos instrumentos normativos até a homologação dos resultados finais, é o resultado de anos de experiência, onde a estreita articulação com a equipe da instituição nas definições e decisões necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos é fator decisivo de sucesso.

Em 2012 foram realizados os seguintes concursos:

Contratante	Número de cargos	Candidatos Inscritos
Prefeitura Municipal de Barra do Pirai/RJ	17	1.783
Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul/RJ	49	2.426
Prefeitura Municipal de Leopoldina/MG	36	940
Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa/BA	57	10.956
Prefeitura Municipal de São Bernardo /SP	2	4.254
Instituto de Previdência de São Bernardo/SP	5	2.955
Prefeitura Municipal de Praia Grande/SP	35	957
CTA Araraquara/SP	1	49
Prefeitura Municipal de Limeira/SP	8	3.452
Prefeitura Municipal de Limeira/SP	1	54
Prefeitura Municipal de Limeira/SP	31	1.339
SEMAE Piracicaba/SP	6	581
Prefeitura Municipal de Mauá/SP	35	9.771
Prefeitura Municipal de Campinas/SP	4	9.484
Prefeitura Municipal PM de Campinas/SP	1	352
Prefeitura Municipal PM de Campinas/SP	14	1.604
Prefeitura Municipal PM de Campinas/SP	1	3.221
Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP	33	621
Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP	5	801
Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP	17	6.066
Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP	3	6.639
Prefeitura Municipal de São Bernardo/SP	2	4.254
Prefeitura Municipal de São Bernardo/SP	10	14.500
Prefeitura Municipal de Praia Grande/SP	8	5.474
Prefeitura Municipal de Praia Grande/SP	1	3.775
Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP	13	1.614
Prefeitura Municipal de Catanduva/SP	19	16.546
Prefeitura Municipal de Lorena/SP	11	2.172
Prefeitura de Caçador/SC	10	1.070
Prefeitura de Caçador/SC	1	151
Correia Pinto/SC (Fundação Hospitalar)	10	217

Contratante	Número de cargos	Candidatos Inscritos
Correia Pinto/SC – PSS	16	239
Prefeitura de Correia Pinto/SC	43	1.047
Prefeitura de Gaspar/SC	29	1.782
Prefeitura de Gaspar/SC – SAMAE	12	178
Prefeitura de Imbituba/SC	66	1.121
Prefeitura de Imbituba/SC	74	514
Prefeitura de Indaial/SC	22	634
Timbó/SC – Fundação	5	48
Prefeitura de Timbó/SC	18	1.825
Prefeitura de Treze Tílias/SC	10	199
Prefeitura de Treze Tílias/SC	29	214

Metodologia para Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica

ELEKTRO Eletricidade e Serviços

O IBAM em apoio a ELEKTRO Eletricidade e Serviços S.A., na continuidade das atividades de promoção da Gestão Energética Municipal nos Municípios da sua área de concessão, prestou, no ano de 2012, a assessoria técnica para finalização dos trabalhos nos Municípios de Araras, Rio Claro, São João da Boa Vista e Tatuí com a entrega dos Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGEs) e iniciou nova implementação da metodologia de gestão em mais seis Municípios do Estado de São Paulo – Andradina, Atibaia, Bertioiga, Itapeva, Pirassununga e Votuporanga.

Com a identificação dos projetos de eficiência energética, durante a etapa de planejamento e propostos nos PLAMGEs, os Municípios de Araras, Rio Claro, São João da Boa Vista e Tatuí alcançaram uma redução de cerca de 9% nos gastos mensais com energia elétrica, o que corresponde a R\$1.738.466,28, e uma redução de 3% no consumo de energia, ou seja, aproximadamente 2185,75MWh/ano.



Em relação aos novos Municípios, o desenvolvimento das atividades previstas na Metodologia de PLAMGEs cumpriu os seguintes objetivos principais:

- formar e capacitar uma equipe multidisciplinar, com competência própria – a Unidade de Gestão Energética Municipal (UGEM), que irá estabelecer padrões de consumo, organizar, gerenciar, planejar e implementar ações de eficiência energética nos vários segmentos de consumo do Município;
- criar a Unidade de Gestão Energética Municipal – UGEM – com pessoal capacitado e infraestrutura mínima para a aplicação das atividades referentes às etapas da Metodologia ELETROBRAS PROCEL/IBAM de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGEs;
- capacitar a UGEM para o uso do software Sistema de Informação Energética Municipal – SIEM.

A implementação da metodologia, além de possibilitar efetiva redução no consumo de energia elétrica e, por conseguinte, nas despesas municipais, proporciona uma interlocução positiva entre a ELEKTRO e os Municípios pertencentes a sua área de concessão.

CEMIG Distribuição

O IBAM, em conjunto com a Equipe de Multiplicadores, implementou a Metodologia de PLAMGEs nos 50 Municípios selecionados da área de concessão da CEMIG Distribuição.

A primeira ação do Projeto PLAMGE, iniciada em 2011, correspondeu à sensibilização e à capacitação dos Agentes de Relacionamento para o Projeto de Gestão Energética Municipal.

A aplicação da Metodologia nos Municípios, em 2012, ocorreu no período de 12 meses, com o desenvolvimento das principais atividades, a saber:

- capacitação dos técnicos municipais para o tema;
- estruturação das Unidades de Gestão Energética Municipal (UGEMs), reconhecida por Decreto Municipal;
- levantamento e inclusão de dados sobre o consumo de energia elétrica das UCs no programa computacional – Sistema de Informação Energética Municipal (SIEM);
- utilização do SIEM para o gerenciamento do consumo das UCs;
- planejamento do consumo com foco em medidas e projetos de eficiência energética;
- consolidação do processo de trabalho expresso no Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGE.

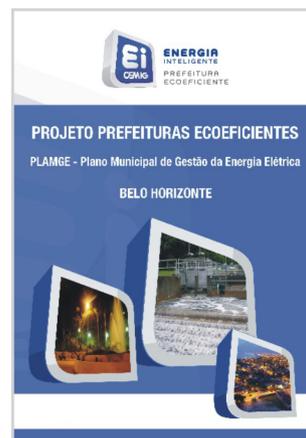
Em atendimento à demanda da CEMIG Distribuição para a capacitação do seu corpo técnico para apoio na aplicação da Metodologia de Elaboração de PLAMGEs, o IBAM sensibilizou e treinou os Agentes de Relacionamento da empresa para o tema. Os Agentes de Relacionamento são responsáveis pela atuação junto aos Municípios em todos os segmentos de mercado, executando o atendimento, coordenando e orientando a implantação de projetos e promovendo o desenvolvimento de relacionamentos comerciais.

Para o suporte presencial aos Agentes de Relacionamentos e às equipes das UGEMs, pela equipe de Multiplicadores, foram definidas quatro Reuniões Técnicas realizadas durante as Etapas de Estruturação, Organização de Dados, Gerenciamento de Dados e Planejamento do Consumo de Energia Elétrica nas cidades sedes dos oito colegiados regionais de consumidores (Centro, Leste, Mantiqueira, Norte, Oeste, Sul, Triângulo e Vale do Aço), definidos pela CEMIG.

Ao final dos trabalhos, as diretrizes para a gestão do consumo de energia elétrica com a indicação de Projetos de Eficiência Energética em cada Município foram indicadas no documento orientador PLAMGE.

Caso os Municípios executem os projetos de eficiência energética propostos poderão alcançar uma redução de cerca de 6% nos gastos mensais com energia elétrica, o que corresponde a R\$ 18.502.645,26, e uma redução de 23% no consumo de energia, ou seja, aproximadamente 72.275,53MWh/ano.

A aplicação da metodologia possibilitou ainda avaliar os resultados das ações de gestão eficiente, por meio do método de Medição e Verificação (M&V), cujos resultados apontaram uma redução imediata de consumo de energia elétrica, em torno de 32425,58.MWh, que corresponde a aproximadamente 10%, ou seja R\$ 17.867.465,34/ano de economia nas contas públicas.



COPEL Distribuição

O IBAM em, apoio a COPEL Distribuição S.A. (COPEL DIS), na continuidade das atividades de promoção da Gestão Energética Municipal nos Municípios da área de concessão da concessionária distribuidora de energia elétrica, iniciou em 2012 a assessoria técnica para a implementação da Metodologia de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGEs em mais 25 Municípios do Estado do Paraná.

Os Municípios de Borrazópolis, Centenário do Sul, Céu Azul, Cidade Gaúcha, Figueira, Jaguapitã, Joaquim Távora, Mamborê, Manoel Ribas, Marilândia do Sul, Mariluz, Marmeleiro, Mauá da Serra, Nova Fátima, Paraíso do Norte, Paranacity, Santa Mariana, São João do Ivaí e Uraí e Vera Cruz do Oeste integram-se aos demais Municípios paranaenses já contemplados, totalizando 147 PLAMGEs realizados, no período de 2002 a 2012.

A realização do Projeto de Gestão Energética Municipal cumpre parte do Programa Anual de Eficiência Energética da COPEL DIS e atende aos critérios da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para o tema.

A assessoria técnica do IBAM começou com as capacitações das Unidades de Gestão Energética Municipal (UGEMs), responsáveis pela organização, gerenciamento e planejamento das ações de eficiência energética nos diferentes setores de consumo de energia elétrica (prédios públicos municipais, iluminação pública e sistema de saneamento) do Município. Ao longo do trabalho as UGEMs contaram com o apoio da equipe de campo do IBAM no desenvolvimento das etapas de organização dos dados de consumo de energia elétrica das Unidades Consumidoras; gerenciamento e planejamento do consumo de energia elétrica; e consolidação, no qual as diretrizes para a gestão do consumo de energia elétrica em cada Município foram indicadas no PLAMGE.

“Tendo a valorização da cidadania explícita no texto da sua missão, o IBAM intensifica a cada ano o exercício desse compromisso, visível na diversificada natureza dos trabalhos realizados.

E com o intuito de reforçar o seu compromisso com o desenvolvimento local, o amplia sua área de ação e tem apostado na cultura como um eixo estratégico para a geração da qualidade de vida nos Municípios.”

Ação Cultural e Compromisso Social

As ações relacionadas à cultura e à promoção da igualdade social, traduzidas no fortalecimento da cidadania e facilitação de acesso a todo e qualquer cidadão, são necessariamente interligadas. Assim, a fim de cooperar para uma distribuição mais equitativa do conhecimento, o IBAM mantém em circulação a *Revista de Administração Municipal – Municípios*, o acordo de coedição com a Editora Lumen Juris, e procura editar livros que resultam de trabalhos realizados, por acreditar que tais conhecimentos e experiências são de interesse comum e, portanto, devem ser difundidos. Publica e torna disponível, gratuitamente, em sua homepage notícias, estudos, textos técnicos sobre os mais variados aspectos das políticas públicas.

Incluem-se também as atividades desenvolvidas pelo Instituto, de interesse técnico-educativo da população estudantil e dos estudiosos de administração, assim como para o segmento formado por agentes políticos – Prefeitos e Vereadores – que se utilizam dos produtos oferecidos pelo IBAM para o aumento da qualidade de seu desempenho e para o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e com a sociedade.

Centro de Documentação

Em 2012, o IBAM iniciou a transformação de sua biblioteca em um Centro de Documentação virtual para a temática municipal onde se incluirão, digitalizados e indexados, livros, revistas e documentos importantes para a pesquisa e estudo de governo local e desenvolvimento urbano.

A biblioteca do IBAM, composta por mais de 50 mil títulos sobre temas municipais e urbanos, pela qualidade de seu acervo, tem sido fonte de referência, no Brasil e no exterior, para os estudiosos da administração pública municipal e do desenvolvimento urbano.

O processo de transformação será realizado progressivamente, tendo se iniciado com a digitalização e indexação dos itens que compõem o Arquivo Histórico Confidencial – AHC do Instituto, onde estão registrados e preservados cerca de 13 mil títulos, que correspondem aos documentos institucionais e técnicos produzidos pelo Instituto nos seus 60 anos de existência.

Como parte do processo de modernização institucional, a indexação será feita em três idiomas – português, espanhol e inglês –, o que viabilizará que os trabalhos do IBAM e os títulos de terceiros pré-selecionados para compor o Centro de Documentação Virtual sejam acessados por público interno e externo, inclusive os do exterior, principalmente aqueles que se referem às bibliotecas públicas e de temáticas congêneres.

O propósito da criação de um Centro de Documentação Virtual, se insere nos planos institucionais de modernização no trato da informação, a partir de um conjunto de medidas mais amplas, onde o

eficácia no acesso às informações, dentro de um espectro mais amplo e diversificado de elementos, o que enriquece a possibilidade de pesquisa dos temas e seus correlatos. Complementarmente, ao longo do tempo, o acervo virtual garantirá ao Instituto que haja acréscimos de títulos e documentos, a partir da ampliação da capacidade de memória e sem a necessidade de ampliação de espaços físicos, de aumento de consumo de papéis e de utilização de procedimentos convencionais de manutenção.

O Centro de Documentação será composto por cinco grandes conjuntos:

- documentos institucionais, de consulta restrita e interna, que corresponderá ao Arquivo Histórico Confidencial – AHC do IBAM;
- documentos produzidos pelo IBAM ao longo dos seus mais de 60 anos de trabalho e que constituem o Arquivo Técnico do Instituto, os quais serão de consulta livre ou sob autorização;
- documentos referenciais, planos e mapas, estratégicos e históricos, produzidos por autores e instituições renomadas e que servem de referência para o aprofundamento do estudo da administração pública municipal e do urbanismo, a serem consultados virtualmente e in loco, sob autorização;
- livros e documentos de terceiros e que sejam de interesse para o estudo da temática que é desenvolvida pelo IBAM, com livre acesso virtual ao público interno e externo; e
- links com entidades congêneres e com editoras de publicações nacionais e estrangeiras que compõem a área de conhecimento do IBAM.

Programa Gestão Municipal na Web Rádio CRA/RJ

O Programa de Cooperação entre o IBAM e o CRA/RJ prosseguiu com a consolidação das atividades iniciadas em 2011 e o início de outras de interesse mútuo das instituições parceiras.



Em sequência às atividades do programa Gestão Municipal, que vai ao ar quinzenalmente pela Web Rádio – CRA/RJ foram realizadas 15 entrevistas com profissionais do Instituto que levaram ao ar informações e instruções relativas a tópicos relevantes sobre gestão municipal.

Todas as entrevistas realizadas, mesmo aquelas de 2011, estão disponíveis para consulta também no site do IBAM. Os temas tratados foram:

- Concurso Público;
- Receita Tributária Municipal: Principais Desafios Enfrentados pelos Municípios – Parte 1 e Parte 2;
- Desafios da Gestão Técnica do Governo;
- Desafios do Plano Diretor – Parte 1 e Parte 2;
- Plano Diretor Institucional;
- Programa de Eficiência Energética;
- Arranjos Público-Privados para o Desenvolvimento Local;
- Mudanças Climáticas e sua Influência nas Cidades;
- Práticas de Alianças Público-Privadas;
- Violência contra as Mulheres;
- Eleições Municipais e a Participação das Mulheres nos Cargos Eletivos;
- Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;
- Políticas de Assistência Social.

Guia Técnico Planejamento Urbano e o Uso Eficiente da Energia Elétrica

O processo de revisão do Guia Técnico Planejamento Urbano e o Uso Eficiente de Energia Elétrica, publicado em primeira edição em 1999, teve continuidade em 2012. O trabalho, que está na fase de revisão final e edição, gerou, na verdade, conteúdo para uma nova publicação sobre o tema, muito mais do que apenas uma atualização.

Após mais de dez anos daquela primeira iniciativa, muitas transformações ocorreram no país, alterando o contexto do planejamento energético e urbano em função das necessidades de redução do consumo de energia e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, do avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, das normas de etiquetagem e da legislação e experiências de gestão urbana nos níveis federal ao local.

O esforço empreendido no trabalho desenvolvido foi no sentido de se pensar o papel do planejamento urbano no contexto brasileiro atual, oferecendo, sempre que possível, orientações

de ordem prática e, portanto, úteis àqueles profissionais que estão na ponta e lidam com a gestão cotidiana das cidades brasileiras. Busca, ainda, aproximar as agendas do conforto ambiental no meio urbano e da eficiência energética com o debate do planejamento urbano no marco do Estatuto da Cidade, sem, contudo, almejar esgotar temática tão ampla e complexa.

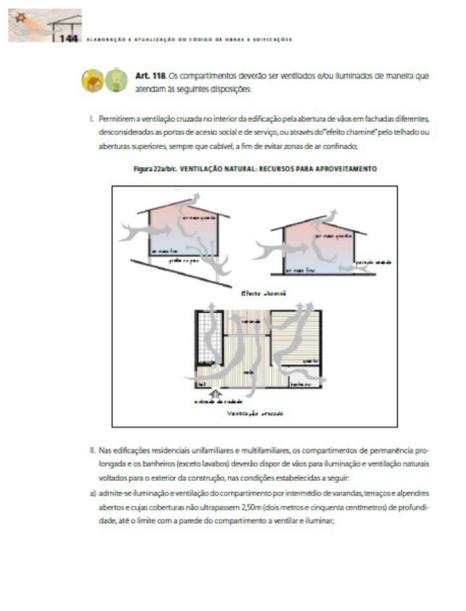
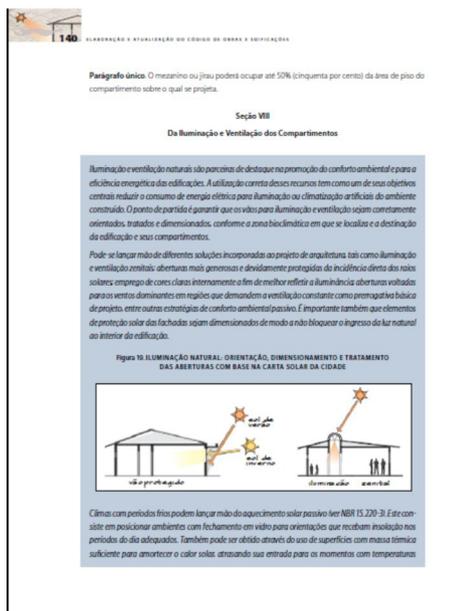
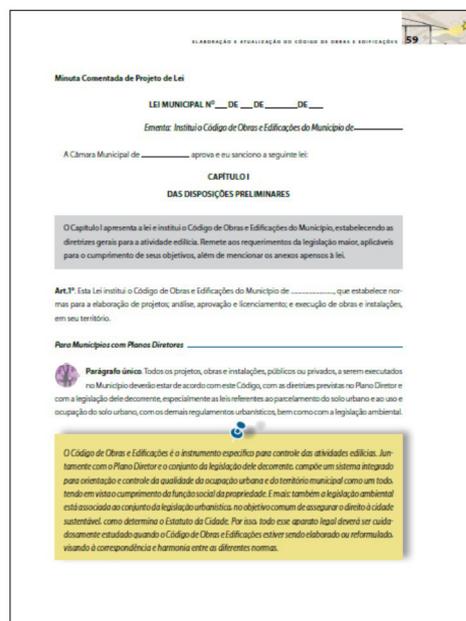
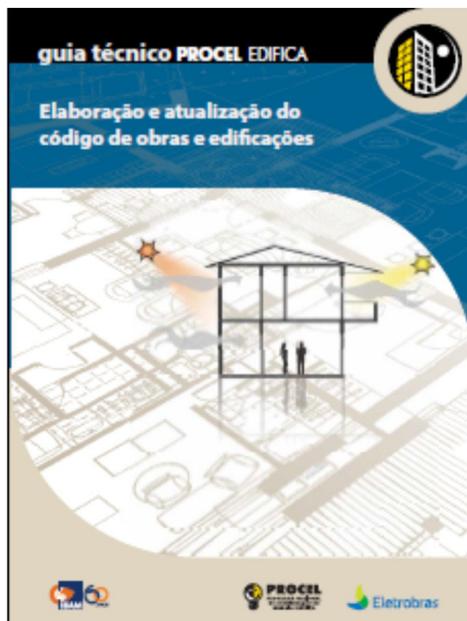
A publicação foi estruturada a partir de três eixos principais:

- um primeiro que reúne textos técnicos de fundamentação sobre clima urbano e planejamento urbano; cidades e mudanças climáticas; cidades e consumo de energia elétrica; planejamento urbano, licenciamento e fiscalização;
- o segundo eixo de trabalho foi dedicado à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, abrangendo tanto do debate sobre sustentabilidade como a organização das políticas setoriais urbanas;
- no terceiro eixo, foram trabalhados os instrumentos municipais de planejamento urbano, buscando compreendê-los no momento atual, após o Estatuto da Cidade e os processos de elaboração de planos diretores pelos municípios.

Em síntese, a publicação tem por objetivo oferecer aos gestores e técnicos municipais, e ao público interessado em geral, conceitos, instrumentos e recomendações para a prática do planejamento urbano local, indicando relações com as premissas do conforto ambiental e da conservação de energia na gestão das cidades.

Guia Técnico para Elaboração e Atualização do Código de Obras e Edificações - Convênio IBAM/PROCEL/ELETOBRÁS

O IBAM encerrou ao final deste ano de 2012 os trabalhos de elaboração do novo Guia Técnico para Elaboração e Atualização do Código de Obras e Edificações, no âmbito Convênio IBAM/PROCEL/ELETOBRÁS, que tem como objetivo central orientar os gestores e técnicos municipais para a adoção de parâmetros atualizados voltados para a eficiência energética e o conforto ambiental das edificações. O Guia trata também de outros temas relacionados, demandas da sociedade brasileira contemporânea, como habitação social, acessibilidade, gênero, mudanças climáticas, entre outros, assuntos e tendências que encontram, na legislação edilícia, espaço adequado para a materialização dos novos paradigmas de sustentabilidade ambiental urbana. No momento, o documento encontra-se em processo de publicação pelo PROCEL EDIFICA.



Compromisso social

Tendo a valorização da cidadania explícita no texto da sua missão, o IBAM intensifica a cada ano o exercício desse compromisso, visível na diversificada natureza dos trabalhos realizados, entre os quais destaca-se o conjunto de ações que privilegia o aperfeiçoamento da participação popular e da transparência das políticas públicas nas áreas de inclusão e assistência social e da promoção dos direitos humanos.

Por acreditar na importância do diálogo entre a sociedade civil e o governo na concepção, execução e avaliação de políticas públicas, uma das principais prioridades do Instituto é acompanhar as ações governamentais na área de direitos humanos.

O Instituto manteve o nível de assessoria e defesa dos direitos que vem consolidando há alguns anos no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, através da coordenação da Comissão de Orçamento e Finanças e assessoramento do Comitê Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, renovando o trabalho de operacionalização de instrumentos institucionais que visam à implementação da política de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro.

O IBAM se faz representar, há cerca de vinte anos, no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM-RJ. Advoga em prol das políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero e incide politicamente para que os direitos das mulheres do Estado do Rio de Janeiro, em sua diversidade, sejam prioridade no âmbito da pauta governamental. Em 2012 a participação do Instituto foi fundamental para trabalhar em prol de uma institucionalização mais sólida do CEDIM e da Subsecretaria dos Direitos da Mulher – SUDIM, então recém-criada no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH).

É ainda membro permanente do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Rio de Janeiro e do Fórum Nacional Lixo e Cidadania/”Criança no lixo nunca mais”. Integra também, desde sua criação, o Comitê Nacional de Combate à Dengue do Ministério da Saúde; é membro do Fórum Nacional e Estadual de Economia Solidária e do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado.

Além disto o IBAM atende a todas características essenciais das entidades e organizações de assistência social elencadas no artigo 1º da resolução 191 do CNAS, prestando assessoria de forma continuada, permanente e planejada, por meio de serviços, programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos, pela construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecimento por um lado os movimentos sociais e atuando sobre a capacitação de lideranças e, por outro, socializando por meio de estudos, pesquisas e capacitações para ampliar a capacidade de ação dos gestores públicos.

O Instituto mantém ações de incidência direta sobre os meios sociais onde atua. Por seu reconhecido papel no apoio à construção de políticas públicas descentralizadas e participativas, constantemente é chamado para atuar em parceria com o Governo Federal e os Estaduais, para contribuir na construção e implementação de política de inclusão socioproductiva e de promoção de direitos humanos e de promoção da equidade de gênero nos territórios e localidades.

Em 2012, nos projetos que desenvolveu, devemos destacar:

Desenvolvimento de Mecanismos de Inserção de Mulheres no Mercado de Trabalho – Programa – Trabalho e empreendedorismo da mulher, ação que integra a inserção das mulheres no mercado de trabalho à promoção do empreendedorismo. No Pará o programa alcançou sete Municípios: Ananindeua, Belém, Capanema, Marabá, Parauapebas, Santarém, Soure e em Pernambuco foram abrangidos 14 Municípios da região metropolitana de Recife, distribuídos em cinco polos.

Desenvolvimento de Programa de Coleta Seletiva com Inserção Socioprodutiva de Catadores nos Municípios de Ilhéus e Valença/BA, que promoveu o plano operacional de coleta seletiva, com as atividades de capacitação dos agentes envolvidos no processo e a elaboração de Programa de Comunicação e do Plano de Negócios.

Habitação de Interesse Social no Estado de Goiás – O IBAM, com inúmeras assessorias técnicas realizadas em Municípios e Estados, para elaboração de PLHIS e PEHIS, respectivamente, é parceiro na implementação da política nacional que visa suprir um dos principais passivos do país, o déficit habitacional. Através desta linha de trabalho, reafirma sua missão de contribuir para o fortalecimento das capacidades de gestão dos Governos e para a promoção da inclusão social e para a sustentabilidade das políticas públicas.

Paralelamente, o Instituto realiza outras ações específicas que priorizam demandas sociais e culturais, como a cessão de seu auditório a escolas públicas para a realização de atividades, a doação de móveis e material de escritório, bem como de computadores e material de informática, a escolas municipais e associações comunitárias. No final de 2011 foi realizada doação de 77 itens de material de informática para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, e, em 2012, para o Comitê Para Democratização da Informática – CDI, foram doados 83 itens, entre computadores, monitores, impressoras, escâneres, além de cabos de força e cabos seriais.

Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado



Balanço Patrimonial

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO			PASSIVO		
	2012	2011		2012	2011
CIRCULANTE	22.182.494,94	17.279.650,82	CIRCULANTE	4.641.541,76	4.215.842,44
DISPONIBILIDADES	326.747,02	501.267,50	FORNECEDORES	176.423,65	104.496,80
SALDOS BANCÁRIOS VINCULADOS	-	6,20	SALÁRIOS A PAGAR	257.748,42	205.195,23
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.415.165,54	7.228.312,57	ENCARGOS DIVERSOS A RECOLHER	73.754,23	46.346,34
CONTAS A RECEBER	8.468.800,70	9.362.909,03	IR E OUTRAS RETENÇÕES A RECOLHER	120.229,71	107.396,14
Convênios e Contratos	5.513.520,20	6.407.628,53	OUTRAS CONTAS A PAGAR	10.211,26	3.585,57
Créditos de Liquidação Duvidosa	(44.719,50)	(44.719,50)	CRÉDITOS VINCULADOS A PROJETOS	1.005.336,50	698.971,06
Contas a Receber - Outras	3.000.000,00	3.000.000,00	EMPRESTIMOS / FINANCIAMENTOS	1.925.031,66	1.156.289,45
PROJETOS EM EXECUÇÃO	6.788.526,12	-	PROVISÕES	1.072.806,33	1.893.561,85
Convênios e Contratos	6.788.526,12	-	Sociais e Trabalhistas	234.763,43	209.934,41
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	84.140,59	56.776,67	Participação e Representação	838.042,90	1.683.627,44
ESTOQUES	39.378,00	37.969,97			
DESPESAS ANTECIPADAS	47.046,45	30.841,84			
ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES	12.690,52	61.567,04	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	6.788.526,12	-
			RECEITAS DIFERIDAS	6.788.526,12	-
PERMANENTE	6.656.495,91	6.699.988,40	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	991.246,20	1.809.956,34
INVESTIMENTOS	39.184,35	56.828,96			
IMOBILIZADO	6.617.311,56	6.643.159,44	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.417.676,77	17.953.840,44
Imóveis, Equipam. e Instalações	6.559.639,08	6.559.639,08	PATRIMÔNIO SOCIAL	(1.879.893,25)	(2.342.326,27)
Móveis, Veículos e outras imobilizações	714.642,70	714.642,70	RESULTADO DA PERMUTA	19.833.733,69	19.833.733,69
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(656.970,22)	(631.122,34)	DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	(1.536.163,67)	462.433,02
TOTAL DO ATIVO	28.838.990,85	23.979.639,22	TOTAL DO PASSIVO	28.838.990,85	23.979.639,22
COMPENSAÇÃO	10.540.150,25	17.509.189,54	COMPENSAÇÃO	10.540.150,25	17.509.189,54
SEGUROS-GARANTIA DE CONTRATOS	44.746,97	44.746,97	SEGUROS-GARANTIA DE CONTRATOS	44.746,97	44.746,97
CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	743.683,53	743.683,53	CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	743.683,53	743.683,53
SEGUROS	7.580.480,00	7.580.480,00	SEGUROS	7.580.480,00	7.580.480,00
CONSIGNAÇÕES	14.351,20	11.030,40	CONSIGNAÇÕES	14.351,20	11.030,40
CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS (ISENÇÕES)	2.081.656,55	2.012.921,61	CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS (ISENÇÕES)	2.081.656,55	2.012.921,61
CLIENTES	75.232,00	75.232,00	CLIENTES	75.232,00	75.232,00
PROJETOS EM EXECUÇÃO	-	7.041.095,03	PROJETOS EM EXECUÇÃO	-	7.041.095,03
TOTAL GERAL	39.379.141,10	41.488.828,76	TOTAL GERAL	39.379.141,10	41.488.828,76

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRC RJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97

Paulo Timm
Superintendente Geral
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04

Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	dez/12	dez/11
RECEITAS OPERACIONAIS	25.557.152,73	24.359.370,61
RECEITAS DAS ÁREAS OPERACIONAIS	25.557.152,73	24.359.370,61
Contratos e Outros	23.813.726,78	22.459.485,02
Convênios	1.463.086,72	1.576.237,99
Cursos e Seminários	280.339,23	323.647,60
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	591.616,27	1.288.049,93
LIVRARIA	35.216,49	18.709,80
FINANCEIRA	439.137,60	531.732,01
OUTRAS RECEITAS	117.262,18	737.608,12
TOTAL RECEITA	26.148.769,00	25.647.420,54
CUSTOS DOS PROJETOS	23.364.361,72	20.228.886,58
PROJETOS FILANTRÓPICOS	5.345.409,28	5.279.149,81
OUTROS PROJETOS	18.018.952,44	14.949.736,77
DESPESAS OPERACIONAIS	4.320.570,95	4.956.100,94
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.320.570,95	4.956.100,94
Pessoal	1.184.579,37	1.001.775,97
Encargos Sociais e Trabalhistas	823.457,05	918.024,31
Serviços de Terceiros	682.408,09	382.355,76
Viagens Institucionais	54.441,25	174.134,64
Manutenção e Conservação	246.707,65	279.645,33
Despesas Gerais	490.386,10	880.821,34
Financeiras	812.743,56	1.284.249,93
Depreciação do Imobilizado	25.847,88	35.093,66
TOTAL DESPESA	27.684.932,67	25.184.987,52
DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	(1.536.163,67)	462.433,02

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRJ 089614/0-0
CPF 937.633.107-97

Paulo Timm
Superintendente Geral
RG 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF 457.512.429-04

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Tel.: (55-21) 2536-9797 - Fax: (55-21) 2537-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br
Web: <http://www.ibam.org.br>